PLANUM, ASSESSORIAS E PROJECTOS, LDA
Assinado de forma digital por PLANUM, ASSESSORIAS E PROJECTOS, LDA
DN: c=PT, ou=Certificate Profile - Qualified Certificate (Signature), ou=Accredited Person, serialNumber=PNOPT-503705144, cn=PLANUM, ASSESSORIAS E PROJECTOS, LDA, email=planum@planum.pt, cn=PLANUM, ASSESSORIAS E PROJECTOS, LDA
Dados: 2024.04.30 23:00:39 +01'00'

município
Vila Nova
de Paiva
Capital Ecológica

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE PENDILHE

Proposta de Delimitação e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

Abril de 2024

Ficha Técnica do Documento

Título:	Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Pendilhe – Proposta de Delimitação e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.
Descrição:	Documento que consubstancia a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Pendilhe e de operacionalização da correspondente Operação de Reabilitação Urbana (ORU)
Data de produção:	1 de abril de 2024
Data da última atualização:	30 de abril de 2024
Versão:	01
Desenvolvimento e produção:	Planum – Assessorias e Projetos, Lda.
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra
Equipa técnica:	Liliana Sousa Paula Pereira Rosa Silva
Código de documento:	029
Estado do documento:	Para validação pelo Município.
Código do Projeto:	051182202
Nome do ficheiro digital:	ARU_PERU_Pendilhe_V01

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO 8

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PENDILHE 11

2.1 PRESSUPOSTOS DE BASE E CRITÉRIOS TÉCNICOS SUBJACENTES AO PROCESSO DE DELIMITAÇÃO 14

2.2 PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU DE PENDILHE 15

3. ÁREA DE INTERVENÇÃO: ENQUADRAMENTO E DIAGNÓSTICO 16

3.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL 16

3.2 SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO 17

Aspetos Socioeconómicos da População Residente na ARU 18

Parque Edificado e Condições de Habitabilidade 19

Estado de Conservação do Edificado 22

Condições de Circulação e Mobilidade 24

Espaço Público e Zonas Verdes 29

Rede de Equipamentos 30

4. LINHAS PRELIMINARES DA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA 32

4.1 VISÃO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA A ARU 32

4.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA A PROSSEGUIR COM A OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA 33

4.3 COMPATIBILIDADE COM AS OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO MUNICIPAL 33

5. AÇÕES TERRITORIAIS ESTRUTURANTES DE REABILITAÇÃO URBANA 36

5.1 EDIFÍCIOS 37

5.2 INFRAESTRUTURAS 38

5.3 EQUIPAMENTOS 38

5.4 ESPAÇOS URBANOS E VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA 41

6. QUADRO DE APOIOS E INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA 43

6.1 INSTRUMENTOS DE NATUREZA FISCAL 43

Condições de Acesso aos Benefícios Fiscais 47

Procedimentos Administrativos para Acesso aos Benefícios Fiscais 48

6.2 INSTRUMENTOS DE NATUREZA REGULAMENTAR E ADMINISTRATIVA 49

6.3 INSTRUMENTOS DE NATUREZA FINANCEIRA 52

6.4 MEDIDAS DE POLÍTICA COMPLEMENTARES DE INICIATIVA MUNICIPAL 56

7. MODELO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA ORU 58

7.1 TIPOLOGIA 58

7.2 MODELO DE GESTÃO 59

7.3 MODELO DE EXECUÇÃO 64
7.4 PRAZO DE EXECUÇÃO 66
7.5 PROGRAMA E CRONOGRAMA DE INVESTIMENTO E DE FINANCIAMENTO DA ORU 67
7.6 SOBRE A MONITORIZAÇÃO DA ORU 71
8. BIBLIOGRAFIA 72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 72
PÁGINAS DE INTERNET 72
DOCUMENTOS LEGAIS 72
ANEXO 73

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Estrutura etária da população residente – ARU de Pendilhe, freguesia e concelho 18

Quadro 2. Composição dos agregados domésticos privados – ARU de Pendilhe, freguesia e concelho 19

Quadro 3. Disponibilidade de estacionamento e acessibilidades dos alojamentos clássicos de residência habitual – ARU de Pendilhe, freguesia e concelho 19

Quadro 4. Dinâmica de arrendamento dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual – ARU de Pendilhe, freguesia e concelho 20

Quadro 5. Época de construção dos edifícios – ARU de Pendilhe, freguesia e concelho 22

Quadro 6. Ação de reabilitação do edificado na ARU de Pendilhe 37

Quadro 7. Ação a realizar sobre infraestruturas na ARU de Pendilhe 38

Quadro 8. Ações a realizar sobre equipamentos na ARU de Pendilhe 39

Quadro 9. Ações a realizar sobre espaços urbanos e verdes de utilização coletiva na ARU de Pendilhe 42

Quadro 10. Benefícios fiscais que decorrem do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, dependentes de deliberação da Assembleia Municipal 46

Quadro 11. Níveis do estado de conservação utilizados no âmbito do MAEC 47

Quadro 12. Modelo de governação e execução da ORU 62

Quadro 13. Investimento global e por eixo temático, previstos para a ORU de Pendilhe 67

Quadro 14. Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Pendilhe 68

Quadro 15. Cronograma das intervenções previstas para a ORU de Pendilhe, por Eixo Temático 70

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Tramitação para aprovação da Operação de Reabilitação Urbana, enquadrada por instrumento próprio - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana 12

Figura 2. Processo de Reabilitação Urbana 13

Figura 3.Exemplificação de edifício muito degradado – Rua do Senhorio 24

Figura 4. Exemplificação de edifício muito degradado – Rua do Anjo 24

Figura 5. Exemplificação da inexistência de passeios em arruamentos da ARU de Pendilhe – Rua Cruz das Almas 28

Figura 6. Exemplificação da existência de piso degradado na ARU de Pendilhe - Rua da Mina 28

Figura 7. Áreas adjacentes ao parque infantil e Igreja Matriz de Pendilhe 29

Figura 8. Tipologias possíveis de ORU 58

Figura 9. Dimensões a considerar no modelo de gestão e execução da ORU 59

Figura 10. Organograma da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva 62

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estrutura funcional do parque edificado existente na ARU de Pendilhe 20

Gráfico 2. Tipologia dos edifícios existentes na ARU de Pendilhe 21

Gráfico 3. Número de pisos dos edifícios existentes na ARU de Pendilhe 21

Gráfico 4. Época de construção dos edifícios existentes na ARU de Pendilhe 22

Gráfico 5. Local de trabalho e estudo da população residente na freguesia de Pendilhe 25

Gráfico 6. Meio de transporte para os movimentos pendulares dos residentes na freguesia de Pendilhe ... 26

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Área de Reabilitação Urbana de Pendilhe 15

Mapa 2. Enquadramento geográfico da ARU de Pendilhe 16

Mapa 3. Subsecções da BGRI 2021 abrangidas pela ARU de Pendilhe 17

Mapa 4. Proporção de edifícios com necessidades de reparação na ARU de Pendilhe 23

Mapa 5. Rede rodoviária da ARU de Pendilhe 27

Mapa 6. Rede de equipamentos de utilização coletiva da ARU de Pendilhe 30

Mapa 7. Ações a realizar na ARU de Pendilhe 36

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS

ARU	Área de Reabilitação Urbana
BEI	Banco Europeu de Investimento
BGRI	Base Geográfica de Referenciação da Informação
CEB	Council of Europe Development Bank
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CIMI	Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
IFRRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
IMI	Imposto Municipal Sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JESSICA	Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas
MAEC	Método de Avaliação do Estado de Conservação dos Edifícios
NGPH	Nova Geração de Políticas de Habitação
NRAU	Novo Regime do Arrendamento Urbano
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PARU	Plano de Ação de Regeneração Urbana
PDCT	Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial
PDM	Plano Diretor Municipal
PERU	Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
PT2020	Portugal 2020
PT2030	Portugal 2030
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRU	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

1. INTRODUÇÃO

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, estabelece que a **reabilitação urbana** deve contribuir, de forma articulada, para, nomeadamente, assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação, melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados, modernizar as infraestruturas urbanas e requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva.

No contexto legal descrito, a reabilitação urbana apresenta-se como opção estratégica para reavivar a atividade económico-social do meio urbano, face ao paradigma do perpetuamento da expansão urbana que se observou ao longo das últimas décadas.

A reabilitação urbana constitui, assim, uma "*componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem com os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e garantia, para todos, de uma habitação condigna*" (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro).

Com efeito, a reabilitação urbana deve contribuir, de forma articulada, para a resolução de problemas resultantes da degradação física e socioeconómica, com o intuito de revitalizar os tecidos urbanos, de melhorar as condições de habitabilidade e funcionais do parque edificado, de garantir a proteção e valorização do património cultural, de modernizar infraestruturas e, ainda, de promover a sustentabilidade ambiental dos espaços urbanos. Desta forma, a delimitação de áreas de reabilitação urbana (ARU) e a execução da respetiva operação de reabilitação urbana (ORU) pressupõe uma política de incentivo à regeneração do espaço urbano público e/ou privado, bem como, de envolvimento dos diversos agentes do território, sejam eles coletivos ou individuais.

Seja no domínio público ou no espaço privado, a reabilitação urbana é portadora de um potencial que integra dimensões económicas, sociais e culturais, determinantes para a consolidação dos fatores de sustentabilidade e de identidade que são referências da qualidade de vida dos núcleos urbanos.

O processo de delimitação de áreas de reabilitação urbana tem enquadramento no Artigo 13º do RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto).

Nesse processo incumbe designadamente às autarquias locais assegurar, no quadro do RJRU e dos demais regimes jurídicos aplicáveis, a promoção das medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas que dela careçam.

A delimitação de uma ARU determina, assim, a assunção pelo Município da necessidade de congregar nessa área, um conjunto de intervenções e investimentos integrados, em consequência de uma estratégia previamente definida, assegurando a salvaguarda do património edificado e o desenvolvimento sustentável do respetivo território. A aprovação de tal delimitação, por sua vez, obriga o Município a definir os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, a conceder aos proprietários e detentores de direitos sobre o património edificado, objeto das ações de reabilitação urbana (IHRU, 2013).

De acordo com o preconizado no supracitado regime, e decorrente da republicação em 2012 do diploma legal, a "*reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana é promovida pelos municípios, resultando da aprovação: a) Da delimitação de áreas de reabilitação urbana; e b) Da operação de reabilitação urbana a desenvolver nas áreas delimitadas de acordo com a alínea anterior, através de instrumento próprio ou de um plano de pormenor de reabilitação urbana.*". No seu artigo 7.º, é ainda indicada a possibilidade de os municípios optarem por uma tramitação simultânea ou faseada, nomeadamente no que concerne à aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana e da correspondente operação de reabilitação urbana.

No caso da tramitação faseada, a delimitação da ARU ocorre numa primeira fase e, num limite de três anos após a sua aprovação, terá de acontecer a sua operacionalização pela transposição numa ORU. Em contrapartida, no caso da tramitação simultânea, seguem-se os procedimentos estabelecidos para a aprovação da ORU, enquadrada por instrumento de programação próprio (ERU – Estratégia de Reabilitação Urbana ou PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana), anexando a planta com a delimitação da ARU proposta.

A presente proposta de delimitação da ARU de Pendilhe tem precisamente enquadramento no supracitado procedimento de tramitação simultânea. Não obstante, da presente proposta de delimitação da ARU de Pendilhe, conforme estabelecido no RJRU, fazem parte os seguintes elementos:

- A **memória descritiva e justificativa**, que compreende as motivações e os critérios inerentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir;
- A **planta** com a delimitação da área definida;
- O **quadro dos benefícios fiscais** associados à reabilitação urbana em áreas abrangidas por ARU.

Os conteúdos previstos no RJRU (artigo 33.º) são incorporados no presente documento, com uma organização compartimentada em quatro capítulos, que se encontram discriminados de seguida:

- No **capítulo 2** são apresentados os pressupostos de base e os critérios técnicos implícitos ao processo de delimitação da ARU, assim como a correspondente proposta de delimitação;
- No **capítulo 3** é estabelecido o enquadramento territorial da área delimitada e exposto o diagnóstico sumário para a área de intervenção que serviu de base ao processo de delimitação da

ARU (breve análise da população, do parque edificado e o respetivo estado de conservação, da acessibilidade e mobilidade dos residentes e das características do espaço público e das infraestruturas e equipamentos urbanos);

- No **capítulo 4** são enunciadas genericamente as linhas estratégicas de reabilitação urbana para a ARU, pensando-se numa análise prospetiva no contexto daquilo que se projeta para o futuro (visão de médio / longo prazo), aferindo-se, ainda, sobre a compatibilidade com as opções de desenvolvimento urbano municipal;
- O **capítulo 5** descreve as ações propostas no âmbito deste processo de reabilitação urbana, organizadas por setores de atuação e alinhadas com diretrizes regionais e nacionais;
- No **capítulo 6** são esquematizados os benefícios fiscais enquadrados no processo de delimitação da ARU, incluindo a elucidação das condições de acesso e procedimentos obrigatórios para que os proprietários usufruam de tais vantagens.
- Por fim, são apresentados no **capítulo 7** os modelos de gestão e execução da ORU, com referência à sua validade temporal e ao cronograma de implementação das ações delineadas.

Refira-se, ainda, que a planta com a delimitação proposta para a ARU de Pendilhe é apresentada em anexo ao presente relatório.

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PENDILHE

A política do ordenamento do território aposta cada vez mais num paradigma de cidades com sistemas mais coerentes e democráticos onde a salubridade na habitação deve ser transversal e o património existente valorizado. Com efeito, a valorização do património histórico, a qualidade do espaço público e a regeneração urbana são pressupostos que emanam da atual política de ordenamento do território.

Neste contexto, e de acordo com o RJRU, a **reabilitação urbana** é entendida como a "*forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios*" (artigo 2º, alínea j).

Por sua vez, nos termos da alínea b) do artigo 2.º do mesmo regime, uma **área de reabilitação urbana** corresponde a uma "*área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana*".

Atualmente, a habitação e a reabilitação assumem um papel central na melhoria da qualidade de vida das populações, na revitalização e competitividade das cidades, na coesão social e territorial (Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho). Esta importância é igualmente reconhecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, que aprova o sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), onde a habitação e a reabilitação são mencionadas como "*domínios inseparáveis e instrumentos de valor acrescentado e sinergéticos para a intervenção pública e a ação governativa orientadas para o bem-estar das populações*". O mesmo diploma legal preconiza que a habitação e a reabilitação são, cada vez mais, reconhecidas como áreas estratégicas e fundamentais ao desenvolvimento humano e da vida em comunidade e à promoção da competitividade e coesão dos territórios. Ademais, estabelece como uma das missões da NGPH "*criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas*".

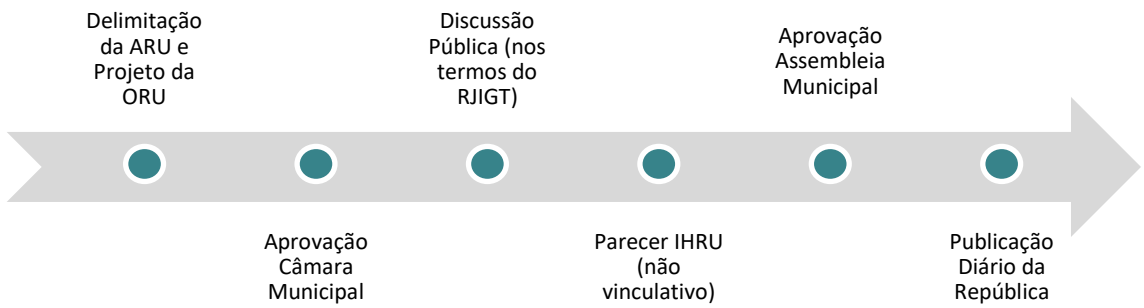
Gerou-se, deste modo, a nível nacional, um contexto político fortemente promotor da reabilitação urbana, em relação sinergética com a prioridade de garantir o acesso a uma habitação adequada e condigna.

Ao incidir em espaços urbanos que necessitem de uma intervenção integrada, a ARU pode incluir áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e zonas de proteção respetivas, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas.

Conforme estabelecido no RJRU, e já mencionado anteriormente neste documento, a delimitação da ARU pode ser aprovada em simultâneo ou antes da aprovação da respetiva ORU (n.º 2 e 3 do artigo 7º). No caso da ARU de Pendilhe, é intenção do Município de Vila Nova de Paiva adotar um processo simultâneo de aprovação da ARU e da correspondente ORU.

Num procedimento deste tipo, o RJRU preconiza que deverão ser seguidos os procedimentos estabelecidos para a aprovação da ORU, anexando a planta com a delimitação da ARU proposta. A aprovação do referido instrumento, em consonância com os requisitos legais, caberá à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal (artigo 17.º, Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), conforme tramitação esquematizada na Figura 1.

Figura 1. Tramitação para aprovação da Operação de Reabilitação Urbana, enquadrada por instrumento próprio - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana



A aprovação do instrumento implica os seguintes trâmites processuais:

- 1) Aprovação em reunião de Câmara Municipal;
- 2) Discussão Pública (nos termos do RJIGT) - 20 dias (anunciado com a antecedência mínima de cinco dias, mediante aviso no DR);
- 3) Parecer do IHRU (não vinculativo) - 15 dias (em paralelo com o passo 2);
- 4) Aprovação em Assembleia Municipal;
- 5) Publicação em Diário da República.

O processo de elaboração da estratégia de reabilitação urbana, seguindo os ditames do RJRU, orienta as intervenções com base nas duas conceções referidas: Área de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação Urbana. Segundo a Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, a delimitação da ARU pode acontecer em simultâneo ou preceder a aprovação de uma Operação de Reabilitação Urbana. Não podem, contudo, acontecer uma sem a outra, dado que "*a cada área de reabilitação urbana corresponde uma operação de reabilitação urbana*" (ponto 4, artigo 7º, capítulo I da referida Lei).

Dependendo do propósito de atuação no processo de reabilitação urbana, os municípios têm a liberdade de escolher uma Operação de Reabilitação Urbana do tipo Simples ou Sistemático. O RJRU indica as diferenças entre ambas as tipologias, bem como os instrumentos de programação que as enquadram (Figura 2).

Figura 2. Processo de Reabilitação Urbana



Apesar de caber ao município (ou entidade gestora) a escolha do tipo de ORU a empreender, definindo os objetivos na estratégia de reabilitação urbana ou no programa estratégico de reabilitação urbana, o dever de reabilitação impende sobre os proprietários e titulares de edifícios ou frações compreendidas na ARU, estando a sua atuação orientada pelos pressupostos regulamentados no processo de reabilitação urbana.

No presente processo, entendeu o Município de Vila Nova de Paiva enquadrar a ORU de Pendilhe, em termos de instrumento de programação, por um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).

2.1 Pressupostos de Base e Critérios Técnicos Subjacentes ao Processo de Delimitação

A proposta de delimitação da ARU de Pendilhe visa a implementação de uma estratégia de revitalização integrada, capaz de potenciar sinergias e complementaridades entre o espaço público e privado, estimulando a reabilitação e dando nova vida ao tecido urbano em processo de degradação.

A requalificação do espaço público pressupõe como premissa fundamental a captação de particulares e entidades privadas para o processo de reabilitação urbana, daí que o propósito do Município de Vila Nova de Paiva enquadre, por um lado, a intervenção nos espaços públicos e, por outro, a reabilitação do conjunto edificado envolvente com afirmação dos valores patrimoniais existentes.

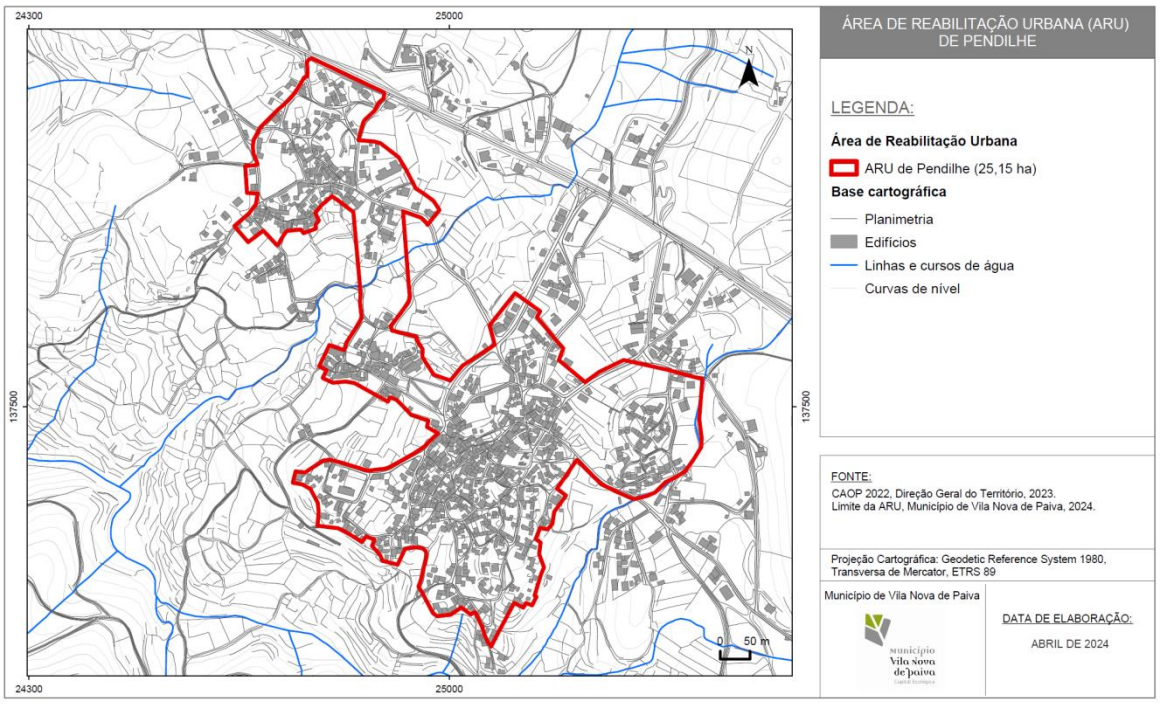
Considerando o exposto, as principais motivações para avançar com este processo e os critérios base que catalisaram este processo são os que seguidamente se enumeram:

- **Reforçar a atratividade local**, valorizando o núcleo antigo, de grande relevância patrimonial;
- **Abarcar** o maior número de **edifícios degradados ou em processo de degradação**, bem como de património com necessidades de intervenção;
- **Abranger projetos públicos não habitacionais** relevantes para a estratégia de desenvolvimento do núcleo urbano (intervenções em espaço público, equipamentos e/ou edificado de propriedade municipal), como meio de alavancagem da atividade económica e da regeneração urbana;
- **Dinamizar e criar estímulos para a iniciativa privada** no âmbito da regeneração urbana (fixação de incentivos fiscais e administrativos associados a operações de reabilitação urbana consonantes com os objetivos estabelecidos, bem como eventual acesso a mecanismos de financiamento a entidades privadas/ proprietários);
- **Viabilizar o acesso do município a programas de financiamento** no domínio da reabilitação urbana (equipamentos, espaço público e infraestruturas urbanas, património edificado);
- **Alcançar um equilíbrio** entre a promoção de oportunidades de apoio ao financiamento de projetos privados, a eventual perda de receita municipal associada aos impostos sobre o património (IMI e IMT) e a dinâmica e impulso económico que deste processo pode resultar;
- **Respeitar**, sempre que possível**, a estrutura de cadastro e dos conjuntos urbanísticos existentes**, privilegiando a coerência e harmonia territorial da ARU a demarcar, favorecendo a sua delimitação pelos eixos de via ou outros elementos físicos estruturantes;
- **Delimitar**, quando adequado, **a área territorial correspondente à subsecção estatística** da Base Geográfica de Referenciação da Informação dos Censos 2021 (BGRI 2021), de modo a coadjuvar a análise e a caracterização da ARU.

2.2 Proposta de Delimitação da ARU de Pendilhe

Estabelecidos os pressupostos de base e critérios de delimitação, e mediante a ponderação dos mesmos, procedeu-se à delimitação da ARU de Pendilhe, integrada na freguesia com a mesma designação, cuja área delimitada corresponde aproximadamente a 251.500 m^2 (25,15ha).

Mapa 1. Área de Reabilitação Urbana de Pendilhe



A área delimitada abrange o núcleo antigo de Pendilhe, situado numa zona propícia ao desenvolvimento agrícola, apresentando uma estrutura irregular, resultante do declive onde se localiza.

Não obstante o facto de a ARU incluir os principais espaços e equipamentos da vivência urbana deste aglomerado, bem como elementos patrimoniais de relevância (designadamente um conjunto de tradicionais espigueiros), a sua principal função é residencial.

3. ÁREA DE INTERVENÇÃO: ENQUADRAMENTO E DIAGNÓSTICO

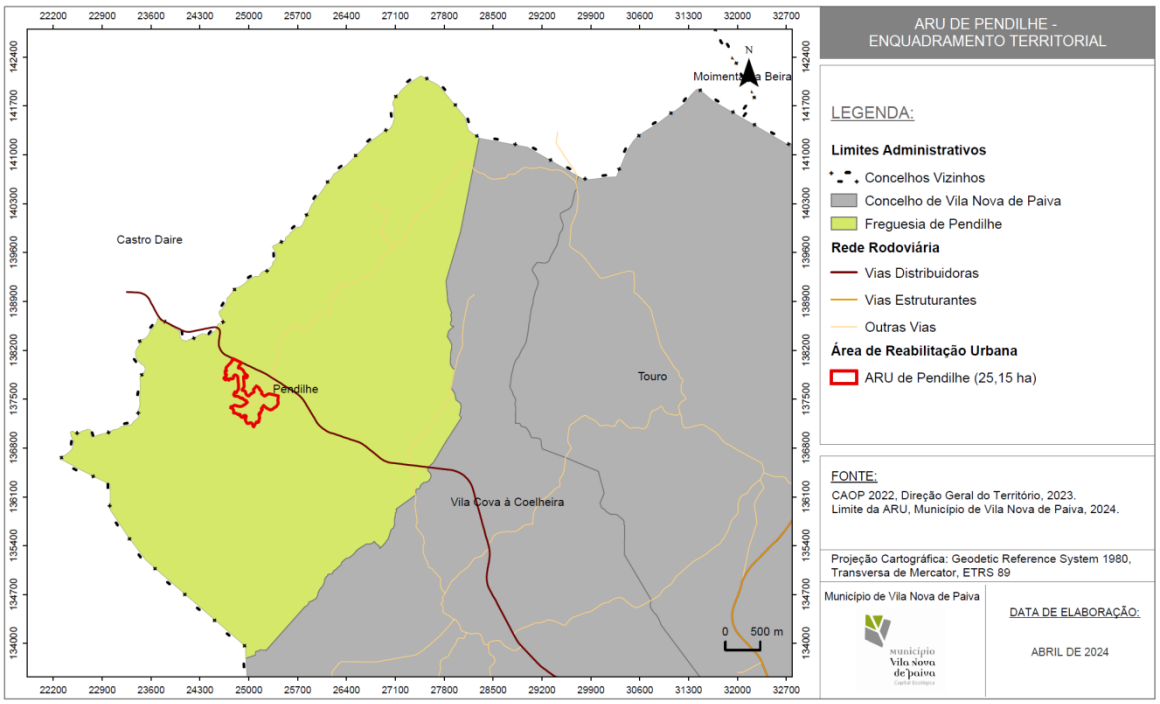
No sentido de estabelecer a caracterização da área de intervenção, neste capítulo procede-se a um enquadramento da área delimitada, seguindo-se um diagnóstico conciso, mas integrado da mesma, contemplando: indicadores socioeconómicos da população residente; parque edificado e condições de habitabilidade; estado de conservação do edificado; condições de circulação e mobilidade; espaço público e zonas verdes; e rede de equipamentos.

3.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

A rede urbana do concelho de Vila Nova de Paiva é composta por diversos aglomerados urbanos, de diferentes níveis hierárquicos, distribuídos pelo território concelhio, em especial junto dos principais cursos de água e nas áreas de menor altitude e declive e, consequentemente, junto das principais vias de comunicação do concelho

A freguesia de Pendilhe fica situada cerca de 11 km a nordeste de Vila Nova de Paiva, junto à EN 225 (Mapa 2). Dispõe de uma área aproximada de 24 km^2, sendo formada pelas povoações de Pendilhe, Algodres de Baixo, Algodres de Cima, Profadeira e Escaleira. Foi vila e sede de concelho entre 1514 e 1836.

Mapa 2. Enquadramento geográfico da ARU de Pendilhe



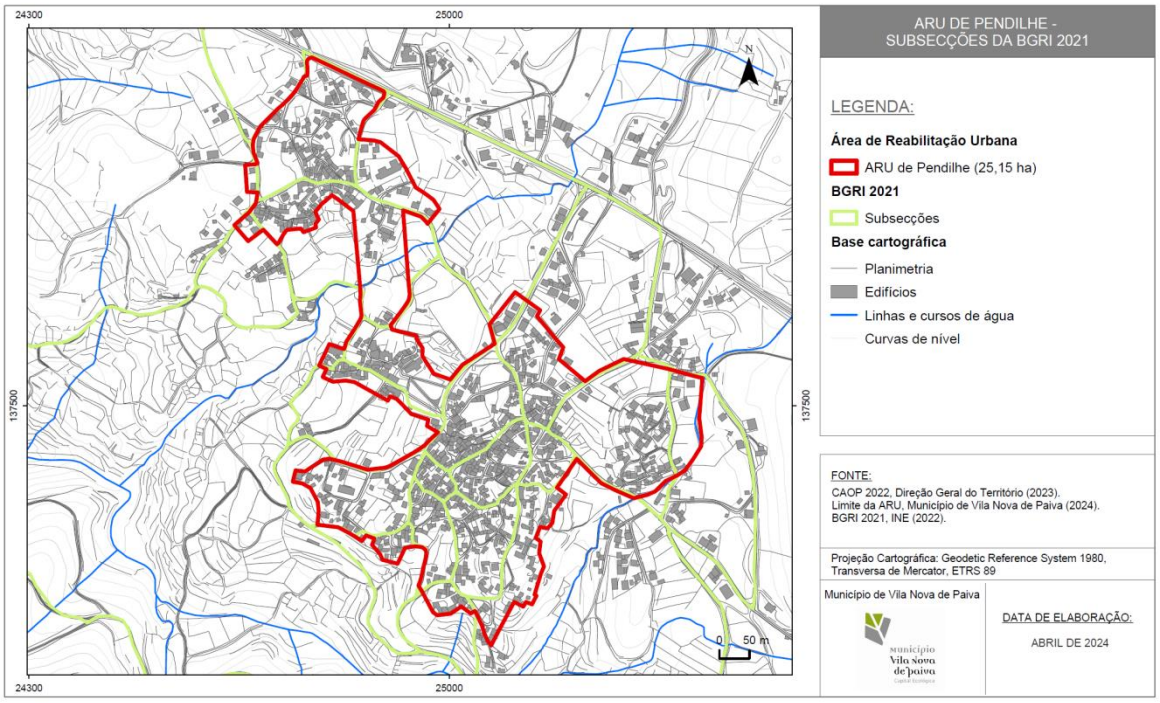
A área delimitada situa-se na povoação de Pendilhe, cujos trabalhos de recuperação da aldeia, realizados no passado recente, abrangeram o largo de espigueiros e a instalação de um Centro Interpretativo Rural, elementos estes integrados na ARU.

3.2 Síntese da Caracterização e Diagnóstico

Com o propósito de estabelecer uma visão global da realidade observada na ARU de Pendilhe, ao nível da população residente, do parque edificado, da mobilidade e acessibilidades, recorreu-se à informação oficial do INE, proveniente do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação, à escala da subsecção estatística – Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) de 2021.

Com efeito, no Mapa 3 apresentam-se as subsecções estatísticas enquadradas na área delimitada, num total de 21 subseções.

Mapa 3. Subsecções da BGRI 2021 abrangidas pela ARU de Pendilhe



Importa referir, no entanto, que a ARU não abrange todas as subsecções por inteiro, pelo que foi realizada uma ponderação de correspondência dos dados, de modo a que as informações apresentadas possam ilustrar o mais próximo possível a realidade do território em estudo.

Aspetos Socioeconómicos da População Residente na ARU

De acordo com os dados do último Recenseamento Geral da População, em 2021, residiam na ARU de Pendilhe cerca de 319 indivíduos, correspondendo a mais de metade da **população** da freguesia (64,71%) e a 6,84% da população residente no concelho de Vila Nova de Paiva.

Relativamente à **estrutura etária** da população residente na área delimitada, conforme expresso no Quadro 1, era o grupo dos adultos (dos 25 aos 64 anos) que abarcava mais residentes, assumindo um peso percentual de 45,77%. Quer na freguesia de Pendilhe (47,46%), quer no concelho de Vila Nova de Paiva (47,7%), este grupo etário era também o que tinha maior representatividade.

Quadro 1. Estrutura etária da população residente – ARU de Pendilhe, freguesia e concelho

GRUPOS ETÁRIOS	ARU	FREGUESIA	CONCELHO
Crianças (0-14 anos)	8,46%	9,74%	10,02%
Jovens (15-24 anos)	8,15%	8,32%	9,46%
Adultos (25-64 anos)	45,77%	47,46%	47,70%
Idosos (65 ou mais anos)	37,62%	34,48%	32,82%

Fonte: XVI Recenseamento Geral da População (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

O grupo etário dos idosos era, também, bastante representativo na ARU de Pendilhe, agregando 37,62% dos efetivos. Ainda que com percentagens ligeiramente mais reduzidas, a proporção de habitantes com 65 ou mais anos apresentava-se, do mesmo modo, bastante significativa na freguesia (34,48%) e na totalidade do concelho (32,81%).

Os grupos etários de idades inferiores assumiam uma representatividade mais diminuta, com proporções de 8,46% e 8,15% nos grupos etários das crianças (dos 0 aos 14 anos) e dos jovens (dos 15 aos 24 anos), respetivamente. Embora se verifique na freguesia e no concelho tendência semelhante de menor representatividade dos grupos etários abaixo dos 25 anos, os valores percentuais eram ligeiramente superiores aos verificados na ARU.

No mesmo ano, os residentes na ARU de Pendilhe distribuíam-se por 141 **agregados domésticos privados**, sendo constituídos, em média, por 2,3 indivíduos. Em concreto, 71,63% destes agregados eram compostos por 1 ou 2 pessoas (101 agregados) e 28,37% agregavam 3 ou mais pessoas (40 agregados). Em termos percentuais, verificava-se, igualmente, na freguesia de Pendilhe e no concelho de Vila Nova de Paiva maior prevalência dos agregados domésticos privados até 2 pessoas sobre aqueles que eram constituídos por maior número de indivíduos, conforme é possível observar no Quadro 2.

Quadro 2. Composição dos agregados domésticos privados – ARU de Pendilhe, freguesia e concelho

COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS	ARU	FREGUESIA	CONCELHO
Agregados domésticos privados com 1 ou 2 pessoas	71,63%	65,69%	63,84%
Agregados domésticos privados com 3 ou mais pessoas	28,37%	34,31%	36,16%

Fonte: XVI Recenseamento Geral da População (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

Por último, no que subjaz a **núcleos familiares**, contabilizavam-se 90 na área delimitada, dos quais 29 (32,22%) correspondiam a núcleos familiares com filhos, tendo o mais novo menos de 25 anos. Na freguesia de Pendilhe, a percentagem de núcleos familiares com filhos na referida faixa etária era superior (35,21%), tal como acontecia no território concelhio (39,42%).

Parque Edificado e Condições de Habitabilidade

No ano 2021, na ARU de Pendilhe eram contabilizados 332 edifícios clássicos, correspondendo a 70,64% do **parque edificado** na freguesia e a 7,59% do total no território concelhio. Complementarmente, estes edifícios albergavam cerca de 337 alojamentos, o que representava 70,50% dos alojamentos da freguesia e 7,24% do concelho de Vila Nova de Paiva. Importa, ainda, mencionar que 57,86% dos alojamentos familiares clássicos na ARU encontravam-se vagos ou constituíam residência secundária, situação idêntica verificada nos alojamentos na freguesia (57,11%) e do concelho (58,62%).

Dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual na ARU de Pendilhe (141 no total), 47,52% (67 alojamentos) dispunham de **estacionamento** e apenas 28,37% (40 alojamentos) eram acessíveis a cadeira de rodas.

Em termos comparativos, refira-se que na freguesia (51,96%) e no concelho (65,33%) mais de metade dos alojamentos familiares de residência habitual tinham estacionamento. Por outro lado, a percentagem de alojamentos acessíveis a cadeiras de rodas era reduzida na freguesia (31,86%) e no concelho (31,60%), no entanto dispunham de proporções superiores às verificadas na ARU de Pendilhe (Quadro 3).

Quadro 3. Disponibilidade de estacionamento e acessibilidades dos alojamentos clássicos de residência habitual – ARU de Pendilhe, freguesia e concelho

ALOJAMENTOS CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL	ARU	FREGUESIA	CONCELHO
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual com estacionamento	47,52%	51,96%	65,33%
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem estacionamento	52,48%	48,04%	34,67%
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual acessíveis a cadeira de rodas	28,37%	31,86%	31,60%

Fonte: XVI Recenseamento Geral da População (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

Relativamente à **dinâmica de arrendamento** dos alojamentos clássicos de residência habitual na ARU de Pendilhe, apenas 0,71% destes eram arrendados, enquanto 89,36% eram propriedade dos ocupantes. Na freguesia de Pendilhe e no concelho de Vila Nova de Paiva a ocupação dos alojamentos pelos proprietários é prevalecente, pelo que a percentagem de arrendamentos não ia além de 0,98% e 7,25%, respetivamente (Quadro 4).

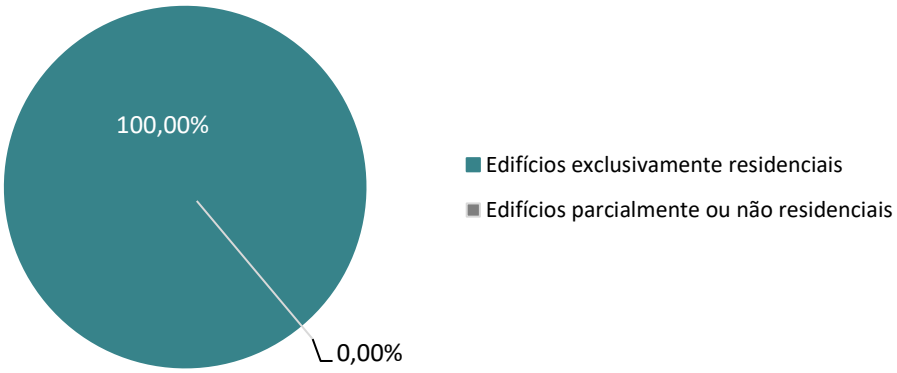
Quadro 4. Dinâmica de arrendamento dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual – ARU de Pendilhe, freguesia e concelho

ALOJAMENTOS CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL	ARU	FREGUESIA	CONCELHO
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual propriedade dos ocupantes	89,36%	89,71%	86,50%
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados	0,71%	0,98%	7,25%

Fonte: XVI Recenseamento Geral da População (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

No referente à **estrutura funcional** do parque edificado, em 2021, todos os edifícios localizados na ARU de Pendilhe eram edifícios exclusivamente residenciais (Gráfico 1), situação semelhante verificada na freguesia (100%). Também na totalidade do território concelhio, a representatividade dos edifícios exclusivamente residenciais se fixava muito próximo dos 100% (99,98%).

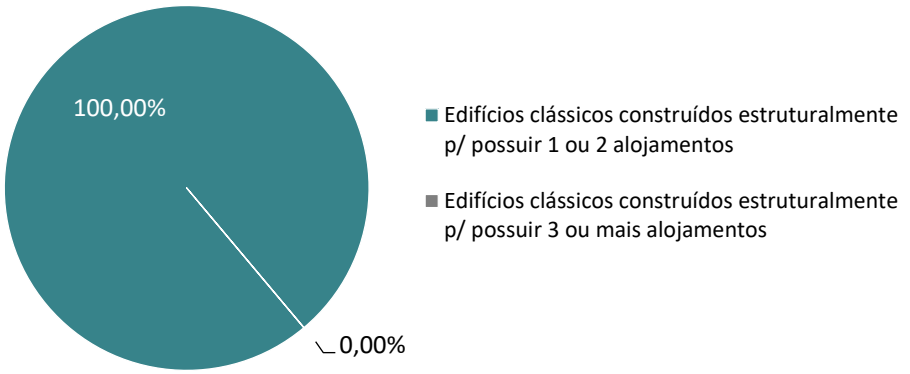
Gráfico 1. Estrutura funcional do parque edificado existente na ARU de Pendilhe



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

Em termos de tipologia de edifícios existentes na ARU de Pendilhe, 100% dos edifícios clássicos foram construídos estruturalmente para possuir 1 ou 2 alojamentos (Gráfico 2).

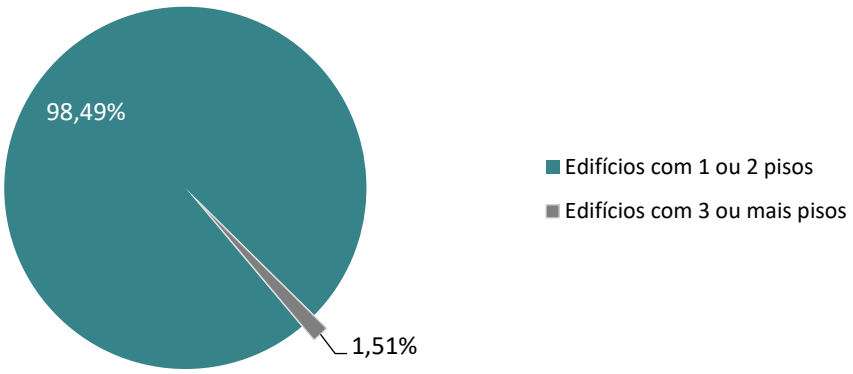
Gráfico 2. Tipologia dos edifícios existentes na ARU de Pendilhe



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

No que subjaz ao **número de pisos**, a grande maioria dos edifícios existentes na área delimitada tinha 1 ou 2 pisos (98,49%) e apenas 1,21% dos edifícios possuía 3 ou mais pisos (Gráfico 3). Comparativamente, é possível constatar que também na freguesia sede e no concelho, a proporção de edifícios com 1 ou 2 pisos era claramente prevalecente (97,23% e 79,98%, respetivamente).

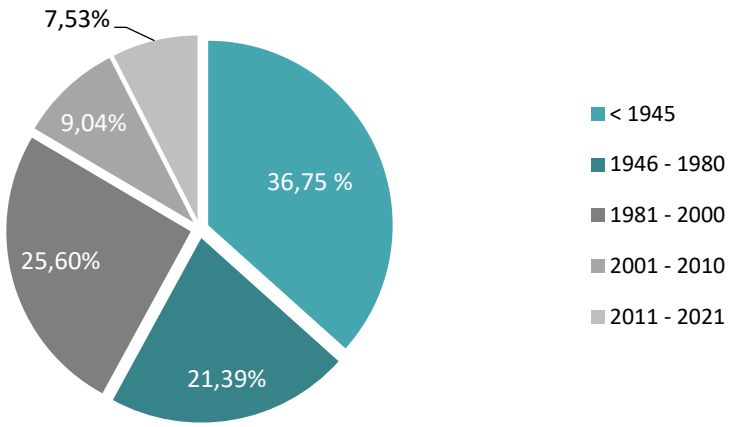
Gráfico 3. Número de pisos dos edifícios existentes na ARU de Pendilhe



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

Atendendo, por fim, à **época de construção** dos edifícios da ARU de Pendilhe, verifica-se que mais de um terço dos edifícios (38,3%; 111 edifícios) tem construção anterior a 1945. Entre 1946 e 1980 foram construídos 19,92% dos edifícios (58 edifícios) e entre 1981 e 2000 foram construídos 25,9% (75 edifícios). No horizonte temporal de 2001 a 2010 foi elevado 9,19% (27 edifícios) do parque edificado da área delimitada e na última década em análise apenas 6,69% dos edifícios foram construídos (19 edifícios).

Gráfico 4. Época de construção dos edifícios existentes na ARU de Pendilhe



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População (informação à subsecção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

Quando comparada a época de construção do parque edificado da ARU e da freguesia, denotam-se proporções semelhantes de edifícios construídos nos diferentes horizontes temporais. Por outro lado, no território concelhio verifica-se uma percentagem mais reduzida dos edifícios construídos antes de 1945 e maior preponderância daqueles elevados entre 1946 e 1980 (Quadro 5).

Quadro 5. Época de construção dos edifícios – ARU de Pendilhe, freguesia e concelho

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	ARU	FREGUESIA	CONCELHO
Edifícios construídos antes de 1945	36,75%	31,28%	8,75%
Edifícios construídos entre 1946 e 1980	21,39%	19,36%	41,19%
Edifícios construídos entre 1981 e 2000	25,60%	30,85%	33,99%
Edifícios construídos entre 2001 e 2010	9,04%	10,43%	11,36%
Edifícios construídos entre 2011 e 2021	7,53%	8,09%	4,71%

Fonte: VI Recenseamento Geral da Habitação (informação à subseção estatística), Instituto Nacional de Estatística.

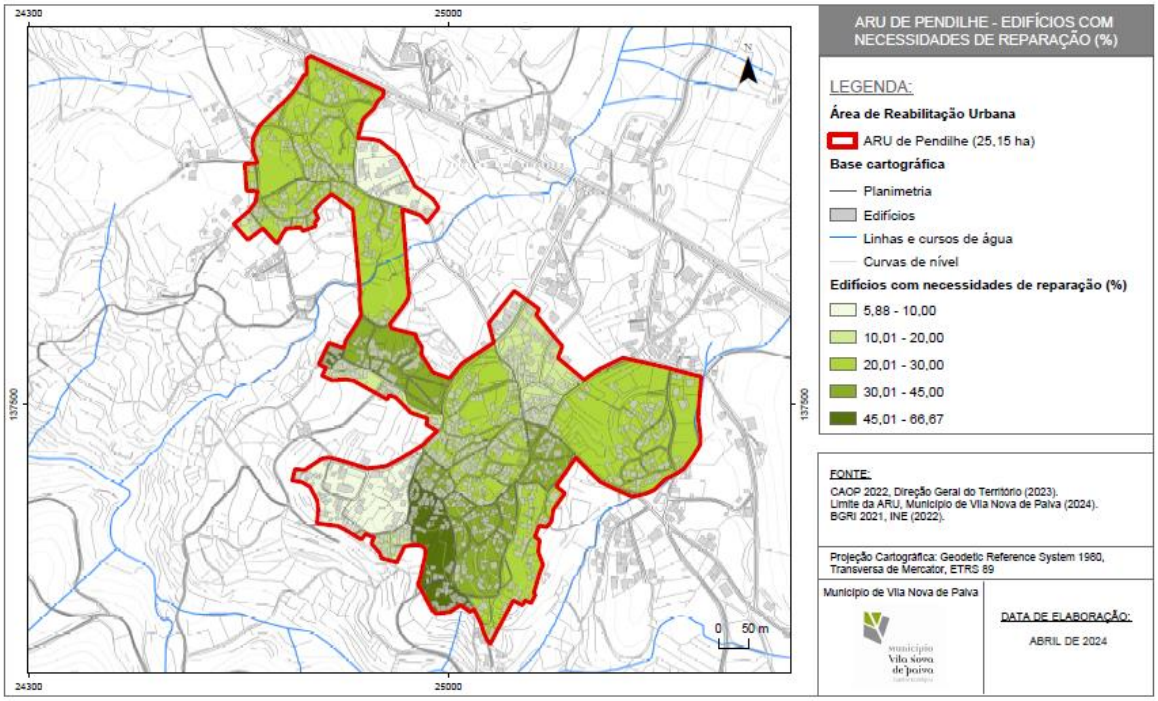
Estado de Conservação do Edificado

A importância de retratar o estado de conservação do parque edificado da ARU de Pendilhe reflete-se na perceção da proporção de edifícios a necessitar de intervenção neste território. Assim, para obter esta informação teve-se em consideração os dados do VI Recenseamento Geral da Habitação por subseção estatística, complementados com a análise e recolha de imagens do Google Earth.

Na ARU de Pendilhe, no ano censitário de 2021, verificava-se a existência de 91 edifícios com necessidades de reparação, o que correspondia 27,41% do parque edificado na área delimitada, a 70,64% dos edifícios da freguesia de Pendilhe e a 8,57% dos edifícios a nível concelhio.

A preponderância dos **edifícios com necessidades de reparação** na ARU de Pendilhe, por subsecção estatística, encontra-se representada espacialmente no Mapa 4, onde é possível constatar uma tendência de homogeneidade, embora se verifique particular representatividade destes na porção sul da área delimitada.

Mapa 4. Proporção de edifícios com necessidades de reparação na ARU de Pendilhe



Importa ainda realçar que de acordo com os dados do V Recenseamento Geral da Habitação do INE, e com referência ao ano censitário de 2021, os edifícios com necessidades de intervenção encontram-se dispersos por diversas subsecções abrangidas pela ARU de Pendilhe. Não obstante, complementando e cruzando a análise anterior com o recurso ao Google Earth, foi possível comprovar a existência de edifícios em estado avançado de degradação na área delimitada, conforme exemplificado através das Figura 3 e Figura 4.

Figura 3.Exemplificação de edifício muito degradado – Rua do Senhorio



Fonte: *Google Earth*, 2023 (imagens de maio de 2023)

Figura 4. Exemplificação de edifício muito degradado – Rua do Anjo



Fonte: *Google Earth*, 2023 (imagens de maio de 2023)

A análise realizada e os edifícios muito degradados anteriormente apresentados, a título exemplificativo, indiciam uma necessidade de intervenção integrada em termos de requalificação do parque edificado, sob pena de desqualificação da imagem urbana do aglomerado.

Condições de Circulação e Mobilidade

As relações intermunicipais baseiam-se na capacidade que cada território concelhio apresenta para exercer alguma atração sobre municípios vizinhos, além de se bastar a si próprio em determinados setores. Neste

sentido, estabelecem-se polos de atracão, movimentos pendulares (de trabalhadores e estudantes) e de abastecimento de bens e serviços.

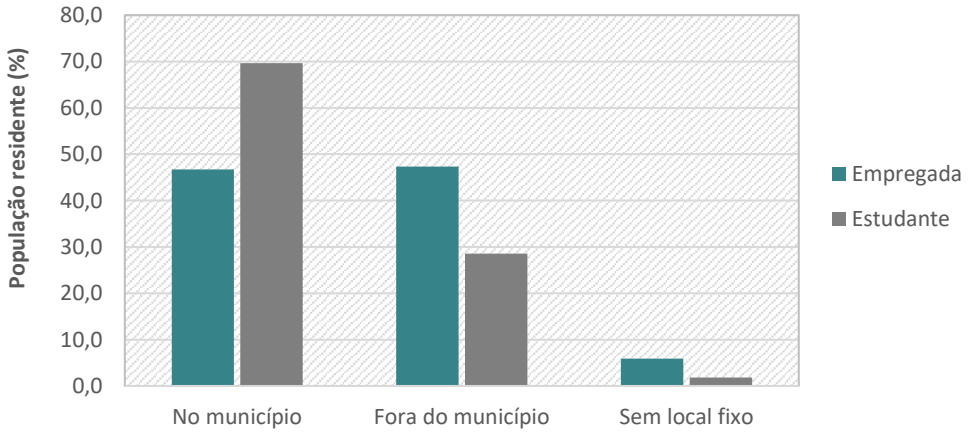
Os **movimentos pendulares** são definidos pelo INE como correspondendo às deslocações quotidianas das populações entre o local onde estas residem e o seu local de trabalho ou estudo. Estes movimentos assumem uma elevada importância, tanto nas dinâmicas do território e na qualidade de vida das populações, como na definição e na implementação das políticas públicas de ordenamento e de desenvolvimento urbano e regional.

Para a análise desta temática, recorreu-se à informação estatística do INE, proveniente dos censos de 2021, tendo sido apenas possível obter a informação ao nível da freguesia de Pendilhe.

Quanto ao local de trabalho e estudo da população residente na freguesia de Pendilhe, no ano de 2021, 46,7% dos efetivos empregados trabalhavam no concelho de Vila Nova de Paiva, enquanto 47,4% exerciam a sua atividade fora dos limites do Município. Adicionalmente, 5,9% da população residente não tinha um local de trabalho fixo.

Por sua vez, 69,6% da população estudante frequentava um estabelecimento de ensino dentro dos limites do Município, 28,6% deslocavam-se para fora deste para estudar e 1,8% não dispunha de um local de estudo fixo.

Gráfico 5. Local de trabalho e estudo da população residente na freguesia de Pendilhe



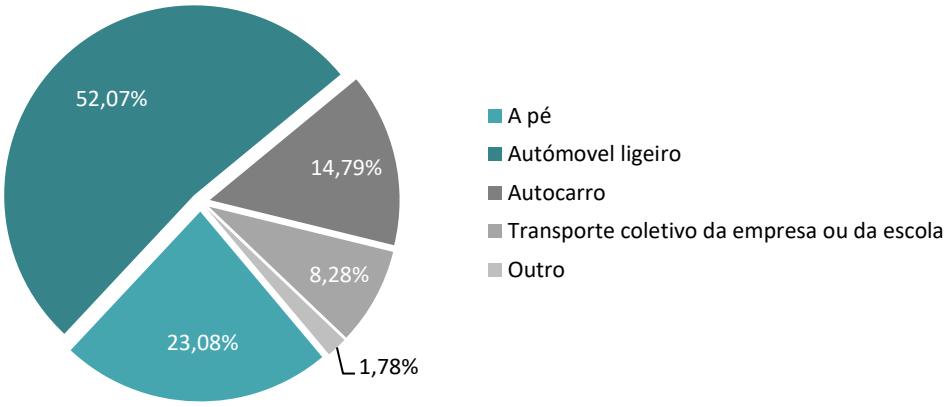
Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística (2023).

Em termos de tempo gasto nos movimentos pendulares, os residentes na freguesia de Pendilhe, no ano de 2021, despendiam cerca de 21 minutos para se deslocarem desde a sua residência ao respetivo local de trabalho/estudo.

Por fim, importa atender ao meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, no último ano censitário. Conforme expresso no Gráfico 6, o automóvel ligeiro era a escolha de 52,07% dos residentes

empregados ou estudantes. Em sentido decrescente, seguiam-se as deslocações pedonais (23,08%), o autocarro (14,79%) e o transporte coletivo da empresa ou da escola (8,28%).

Gráfico 6. Meio de transporte para os movimentos pendulares dos residentes na freguesia de Pendilhe



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística (2023).

Relativamente a **acessibilidades**, importa denotar que o concelho de Vila Nova de Paiva dispõe de um conjunto de acessos, com ligação aos concelhos limítrofes. Em concreto, a rede viária concelhia é constituída pelos seguintes troços:

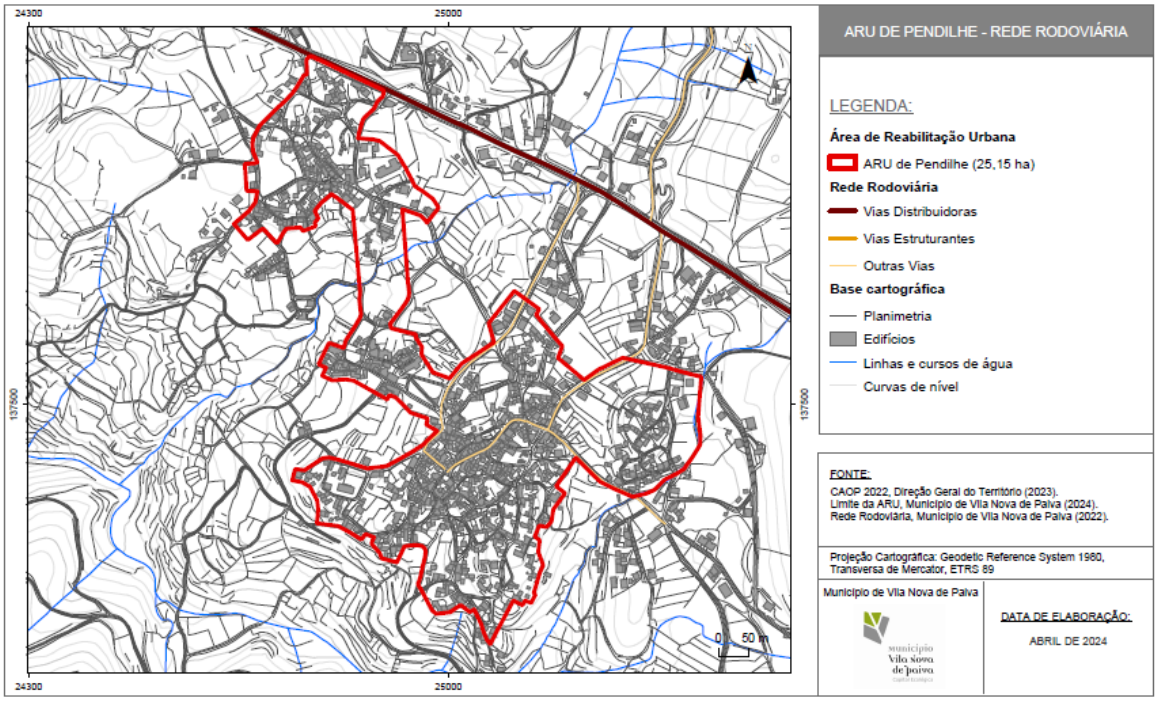
- Rede Rodoviária Nacional (RRN) sob jurisdição da IP
  - Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais)
    - EN 329, que liga Vila Nova de Paiva (entroncamento da antiga EN 323) a Queiriga – Sátão – Penalva do Castelo e por consequente à A25/IP5.
- Rede Rodoviária Nacional (RRN) sob jurisdição do Município
  - Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais -EN)
    - EN 323, que liga Vila Nova de Paiva (entroncamento da EN 329) ao concelho de Moimenta da Beira (entroncamento da EN 222);
  - Estradas Regionais (ER) sob gestão do Município
    - ER 225, que liga Vila Nova de Paiva (entroncamento da ER 329) a Castro Daire e cumulativamente ao IP3/A24;
    - ER 329, que liga Vila Nova de Paiva (entroncamento com a EN323) à ER 225.

Integradas na rede rodoviária municipal, encontramos um conjunto de estradas e caminhos municipais que desempenham um papel estruturante na organização da circulação rodoviária e dos transportes. Dentro desta rede, destaca-se a variante à EN 329 que circunda a sede de concelho, assim como o troço da EN 329 que Vila Nova de Paiva a São João de Tarouca, que integrou o domínio municipal por força da aplicação do

Plano Rodoviário Nacional (PRN), assim como o troço da EN 323 entre Vila Nova de Paiva e o concelho de Viseu.

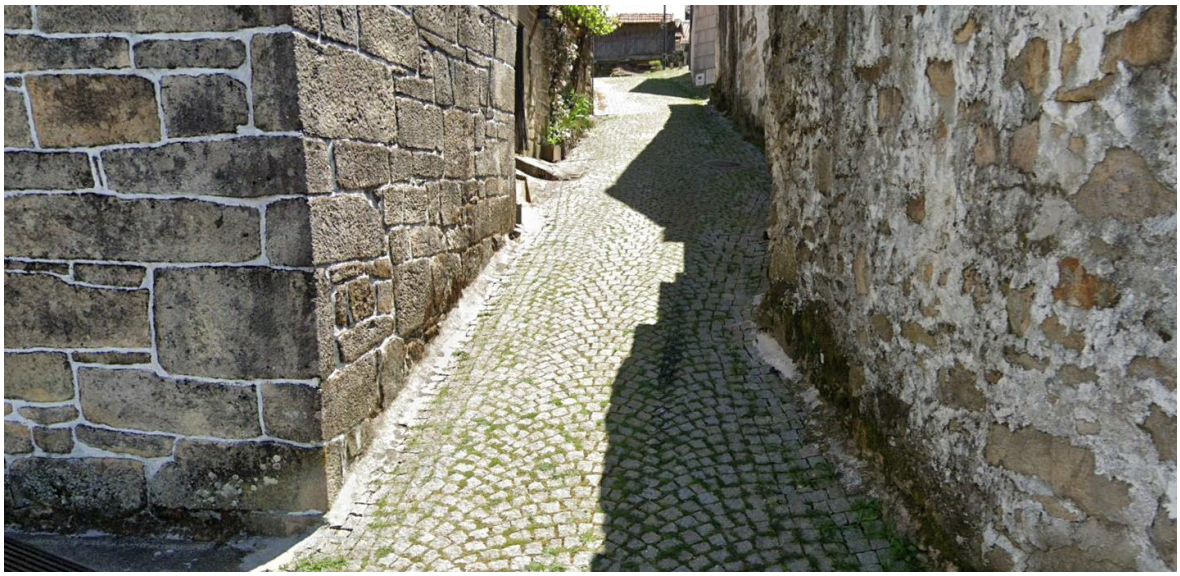
No que se refere, concretamente, à estrutura e circulação viária da ARU de Pendilhe, importa salientar que a rede rodoviária na área delimitada é composta por um conjunto de caminhos municipais e arruamentos que garantem a circulação entre a malha urbana. A norte, a ARU é ainda delimitada pela EN 225 (Mapa 5).

Mapa 5. Rede rodoviária da ARU de Pendilhe



É nos referidos arruamentos que se levantam algumas questões de fragilidade, nomeadamente com a frequente partilha desprotegida das vias pelos peões e automóveis pela ausência de passeios, conforme exemplificado na Figura 5. Constituindo a circulação pedonal uma das principais formas de circulação, a mesma é dificultada nos arruamentos da área delimitada, em geral, pela falta de passeios ou faixas de circulação delimitadas para peões que permitam uma convivência com segurança entre peões e automóveis e de sinalização (passagens para peões). Contudo, estas fragilidades, observam-se maioritariamente em vias mais estreitas, pelo que a sua resolução se afigura de maior complexidade. Ainda assim, e sempre que a largura da via o permitir, revela-se oportuna a criação de passeios ou faixas de circulação pedonal, de modo a melhorar a fluidez das circulações pedonais.

Figura 5. Exemplificação da inexistência de passeios em arruamentos da ARU de Pendilhe – Rua Cruz das Almas



Fonte: *Google Earth*, 2023 (imagens de maio de 2023)

Relativamente à **condição atual** da rede rodoviária, em alguns eixos verifica-se a existência de problemas com o estado de conservação dos pavimentos, apresentando sinais de desgaste e rutura, conforme exemplificado através da Figura 6. Estes casos são mais recorrentes em vias mais estreitas e tendencialmente de menor fluxo.

Figura 6. Exemplificação da existência de piso degradado na ARU de Pendilhe - Rua da Mina



Fonte: *Google Earth*, 2023 (imagens de maio de 2023)

Para conclusão da análise das condições de circulação e mobilidade, importa recordar que, no que respeita à **disponibilidade de estacionamento**, menos de metade dos alojamentos existentes na ARU de Pendilhe

dispõe de estacionamento, o que poderá implicar uma pressão acrescida sobre a gestão do estacionamento em espaço público.

Espaço Público e Zonas Verdes

Na ARU de Pendilhe, enquanto **espaço público** aberto existente, importa referir o associado às áreas adjacentes à Igreja Matriz de Pendilhe e ao parque infantil, que funcionam como um ponto de encontro da população e propiciando a recreação e o lazer (Figura 7).

Figura 7. Áreas adjacentes ao parque infantil e Igreja Matriz de Pendilhe



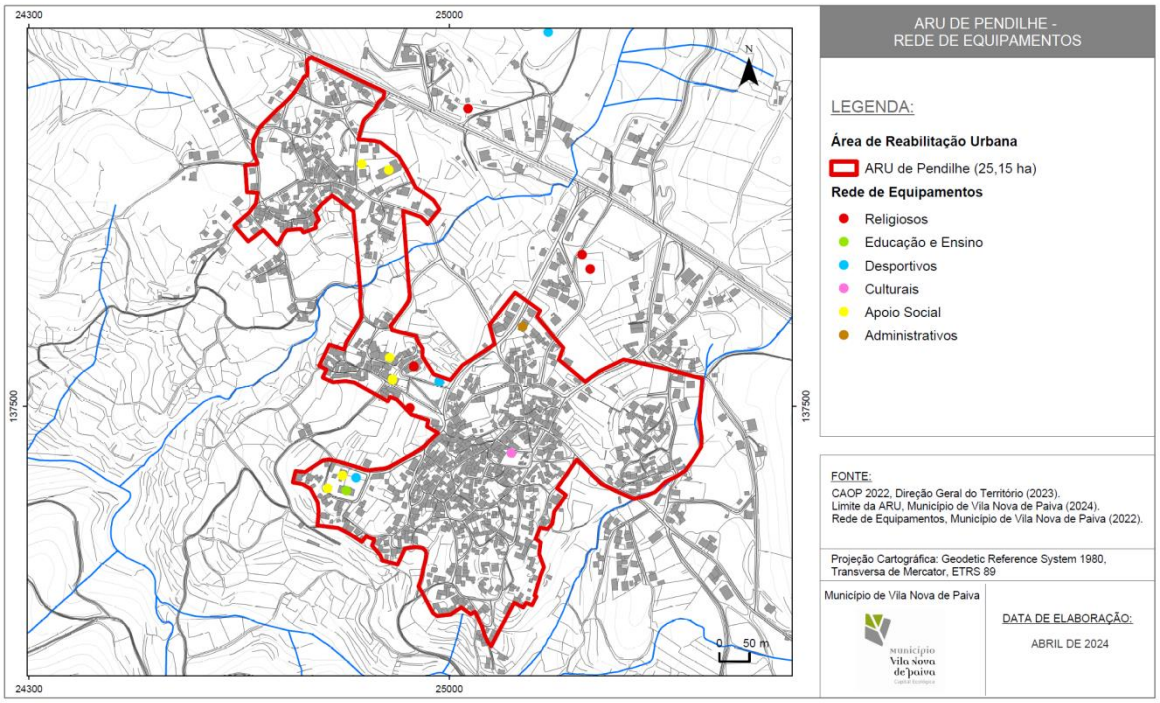
Fonte: Google Earth, 2023 (imagens de maio de 2023)

Para além deste, e pelo seu cariz patrimonial, há ainda a referir o espaço que alberga um interessante conjunto de tradicionais espigueiros com a respetiva eira e forno comunitário, situado no cimo do povoado de Pendilhe, que foi alvo de intervenção de recuperação e valorização, incluindo a instalação de um Centro Interpretativo Rural.

Rede de Equipamentos

A ARU de Pendilhe beneficia da existência de um conjunto de **equipamentos de utilização coletiva**, de diferentes valências e tipologias, cuja localização se encontra espacialmente representada no Mapa 6.

Mapa 6. Rede de equipamentos de utilização coletiva da ARU de Pendilhe



Abrangidos pela área delimitada, há a referir os equipamentos que a seguir se enumeram, de acordo com a respetiva tipologia:

- **Equipamentos religiosos**: Igreja Matriz de Pendilhe e Capela de Nossa Senhora da Assunção;
- **Equipamento administrativo:** Junta de Freguesia de Pendilhe;
- **Equipamentos culturais:** Museu Rural de Pendilhe;
- **Equipamentos sociais:** duas valências da Associação de Solidariedade Social Alvorada na Serra e quatro valências do Centro Social Paroquial de Pendilhe;
- **Equipamentos lúdicos:** um parque infantil e o polidesportivo de Pendilhe;
- **Equipamentos de educação e ensino:** Jardim de Infância de Pendilhe.

Para além destes, e conforme igualmente representado no mapa anterior, note-se ainda, a localização de diversos equipamentos na área imediatamente envolvente à ARU, incluindo três equipamentos religiosos e um desportivo.

4. LINHAS PRELIMINARES DA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA

O Regime Jurídico para a Reabilitação Urbana (RJRU) indica que o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana deve, entre outras informações, apresentar não só as prioridades e os objetivos a prosseguir na execução da Operação de Reabilitação Urbana, como também enquadrar as opções estratégicas de reabilitação e de revitalização da Área de Reabilitação Urbana com as opções de desenvolvimento do município, atestando o alinhamento das políticas de reabilitação urbana com as normas territoriais vigentes à escala municipal.

Após a reflexão acerca das motivações e critérios que originaram o processo de delimitação da ARU, procede-se, no presente capítulo à apresentação das opções estratégicas de reabilitação e revitalização da ARU de Pendilhe que suportarão a operacionalização da ORU. As estratégias alinham-se com a visão do que se pretende para o espaço da ARU a médio/longo prazo integrando as orientações de planeamento de nível superior e capacitando cada vez mais este local pelo reforço da sua atratividade.

4.1 VISÃO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA A ARU

A delimitação da ARU de Pendilhe prevê primeiramente uma intervenção no plano urbanístico, de modo integrado e obedecendo aos critérios de reabilitação (adicionando valor ao construído), de harmonia (no respeito pela natureza) e de democratização (promovendo um espaço marcado pela integração funcional e social).

Privilegiar-se-á a qualidade urbanística da área delimitada, promovendo a reabilitação dos edifícios, em particular os que apresentam um avançado estado de degradação, requalificando as infraestruturas e o espaço público, de forma a proporcionar uma nova imagem urbana, e aumentar a sua competitividade. Ressalve-se que a qualidade de vida não passará unicamente pelo aumento da qualidade urbanística, mas também pela criação de espaços e formas que promovam a sua utilização mais sustentável.

Neste processo, constituem prioridades o combate aos sinais de insuficiência e degradação física do edificado, das infraestruturas, do espaço público e funcionalidades, mediante a realização de investimentos públicos de requalificação urbana e a criação de condições de incentivo à intervenção dos particulares. Assim, e para além das motivações já apresentadas, o processo de delimitação da ARU permitirá operacionalizar um conjunto de projetos a submeter, por entidades públicas / privadas e pessoas singulares, ao novo quadro comunitário – Portugal 2030, a Programas de Apoio Financeiro à Reabilitação Urbana ou outros programas definidos pelo Governo Português.

O propósito passa pela criação de um espaço atrativo e competitivo marcado pela promoção da qualidade de vida e coesão social, pela valorização do património cultural e natural e pela aposta na mobilidade e acessibilidade.

Cada objetivo estratégico deverá concorrer para a implementação de um conceito mais vasto de espaço urbano que se pretende instaurar não apenas no espaço delimitado pela ARU, mas estendendo-se à escala concelhia. Por conseguinte, os desafios estratégicos a prosseguir na ARU de Pendilhe deverão, em linhas com as premissas anteriores, refletir uma visão integrada de médio / longo prazo para o território.

4.2 Objetivos Estratégicos de Reabilitação Urbana a Prosseguir com a Operação de Reabilitação Urbana

Alinhados com os pressupostos estabelecidos no RJRU, os objetivos estratégicos do município no desenvolvimento e operacionalização da ORU são os que se enumeram de seguida:

- Reforçar a coesão territorial do núcleo antigo de Pendilhe, preservando e valorizando o seu património arquitetónico, enquanto fator de identidade cultural e de diferenciação urbana;
- Consolidar uma nova imagem urbana, atrativa, portadora de modernidade, ainda que assente na tradição e na realidade local;
- Requalificar espaços degradados ou sem definição, conferindo-lhes nova roupagem e convertendo-os em espaço público de qualidade;
- Assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, promovendo o seu potencial de atração de novas funções inovadoras e competitivas;
- Apostar em padrões de mobilidade urbana mais seguros e sustentáveis potenciando o desenvolvimento de um espaço urbano cada vez mais plural acessível e inclusivo;
- Promover as parcerias privadas e associativas na estratégia de reabilitação, bem como na respetiva concretização, através da definição de um contexto regulamentar, económico e fiscal propício à reabilitação, que possibilite o acesso dos proprietários a fontes de financiamento para a reabilitação urbana.

Deverão, na execução destes objetivos, considerar-se sempre as caraterísticas identitárias do território bem como a integração funcional e a diversidade económica, social e cultural do tecido urbano já existente, sendo importante a definição de um contexto regulamentar, económico e fiscal propício à reabilitação e promotor do envolvimento de parceiros públicos, privados e associativos.

4.3 Compatibilidade com as Opções de Desenvolvimento Urbano Municipal

Desde há vários anos, que a reabilitação urbana é reconhecida como um dos desígnios fundamentais das políticas públicas e, em particular, das políticas urbanas a prosseguir aos diferentes níveis da Administração.

A priorização deste tema é cada vez mais notória, já que os mais variados instrumentos procuram concretizar tais políticas, nos quais se incluem os instrumentos de gestão territorial (IGT). A estrutura do sistema de gestão territorial vigente assenta numa total e permanente articulação entre as diferentes figuras de planos e programas territoriais, expressa através da exigência de compatibilização das opções, estratégias e medidas adotadas em cada um deles, com as dos restantes. Desta conceção resulta, por um lado, que cada instrumento de planeamento possua sempre uma reservada margem de autonomia de formulação de opções e estratégias próprias e, por outro, que cada plano não tenha obrigatoriamente, desde que se verifique a referida compatibilidade, de integrar como suas as opções e estratégias estabelecidas nos demais, nem de proceder ao desenvolvimento destas.

Considerando as premissas anteriormente expressas, importa compatibilizar a visão estratégica definida para a ARU de Pendilhe com as opções de desenvolvimento urbano municipal com incidência na área de intervenção vertida nos vários IGT do município. Neste âmbito, são de destacar o **Plano Diretor Municipal** (PDM) e a **Estratégia Local de Habitação** (ELH).

No Relatório do **Plano Diretor Municipal** de Vila Nova de Paiva (em vigor) são elencados os objetivos estratégicos de desenvolvimento para o concelho. Inseridos no objetivo estratégico *"4. Proteger e valorizar os valores estratégicos, culturais e ambientais, como recursos naturais do município"*. incluem-se os seguintes objetivos específicos, coadunados com a visão estratégica de desenvolvimento urbano, designadamente:

- *"Construção de uma nova imagem urbana, especialmente nas áreas paisagisticamente mais sensíveis, tendo em vista assegurar uma elevada qualidade paisagística para os espaços urbanos existentes e para os novos espaços a criar";*
- *"Articulação das ações de apoio à cultura e recreio com as ações de proteção, salvaguarda e reabilitação de edifícios, e reanimação das áreas urbanas que constituem, o património arquitetónico, cultural e recreativo mais significativo do concelho".*

Considerando que, à data de elaboração do presente documento, se encontra em curso a 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva (deliberada pelo Aviso n.º 18134/2020, de 9 de novembro), importa denotar que também as opções estratégicas para o território concelhio preconizadas no processo em curso mantêm coerência com a estratégia preconizada para a ARU que aqui se delimita, nomeadamente reconhecendo como desígnio a consolidação e qualificação do sistema urbano e do parque habitacional.

Por sua vez, o desenvolvimento da **Estratégia Local de Habitação** de Vila Nova de Paiva (ELH-VNP) assumiu o objetivo de resolver situações de famílias que vivem em condições de indignidade habitacional, recorrendo ao financiamento do Programa 1.º Direito. Este instrumento possibilita planear, programar e implementar intervenções orientadas para colmatar necessidades concretas.

A ELH-VNP é composta por um diagnóstico atualizado das carências habitacionais, o quadro de soluções que se pretendem ver desenvolvidas para suprir as necessidades identificadas e a respetiva programação das soluções até ao período de vigência do programa de financiamento. Neste contexto, foi fundamental a concertação de uma estratégia de habitação devidamente articulada que confira prioridade à reabilitação, ao acesso ao mercado habitacional para diferentes famílias e à integração das comunidades socioeconomicamente vulneráveis.

A ELH-VNP, além de procurar responder adequadamente às situações diagnosticadas, estabelece um referencial amplo a considerar numa estratégia mais alargada. Com efeito, reconhece o papel imprescindível que a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) oferece, através de vários programas, instrumentos e medidas que viabilizam o acesso a habitação digna e adequada, para consubstanciar uma política municipal de habitação. A NGPH, por sua vez, estabelece como objetivo nuclear "*criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano*", razão pela qual é evidente a compatibilidade da estratégia subjacente à presente delimitação da ARU com aquela preconizada pela ELH do município.

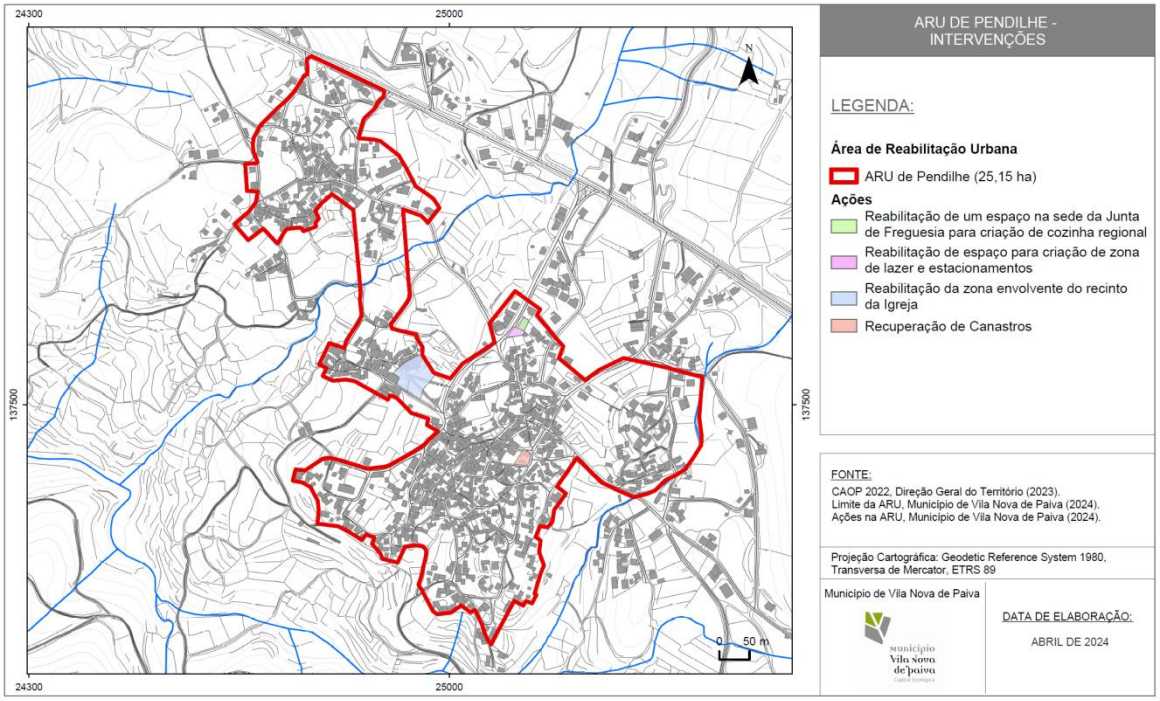
5. AÇÕES TERRITORIAIS ESTRUTURANTES DE REABILITAÇÃO URBANA

Procurando contribuir para o aumento da atratividade do território e, consequentemente, para a criação de um contexto propício à fixação de pessoas e atividades económicas, a construção de um ambiente urbano de excelência constitui-se como um dos propósitos centrais da ação para a regeneração urbana no concelho de Vila Nova de Paiva.

As intervenções preconizadas para a ARU de Pendilhe confluem para o propósito supracitado, visando, no seu conjunto, articulação e complementaridade, a qualificação e reabilitação urbana da área delimitada. O espaço público surge como elemento transversal às ações previstas, estando de forma mais ou menos direta relacionado com todas as intervenções a realizar, promovendo-o como espaço convidativo e renovado e garante de um núcleo urbano mais modernizado, qualificado e acolhedor.

Dando continuidade a outras intervenções que têm devolvido, cada vez mais, os espaços às gentes que os utilizam, as ações estruturantes a implementar no âmbito da ORU constituem, no seu todo, uma intervenção integrada de reabilitação urbana, dirigindo-se, concretamente, à reabilitação do edificado (privado), à qualificação dos equipamentos, beneficiação das infraestruturas e à intervenção em espaços urbanos e verdes de utilização coletiva (Mapa 7[1]).

Mapa 7. Ações a realizar na ARU de Pendilhe



[1] Parte das ações programadas nesta ORU não se encontra representada no cartograma por não ser conhecida a sua localização exata à data de elaboração deste instrumento.

Portanto, na programação da ORU de Pendilhe, não se preveem intervenções centradas nas atividades económicas.

Denote-se, por fim, que as diferentes ações a executar na ARU de Pendilhe foram divididas por setores temáticos, de acordo com a tipologia do objeto principal a intervir e obedecendo à separação estabelecida no artigo 33.º do RJRU.

5.1 EDIFÍCIOS

A reabilitação e salvaguarda do património arquitetónico e das tipologias construtivas de cariz histórico constituem dos principais focos da reabilitação urbana. A par disso, a dinamização e intervenção no património edificado surge como estratégia de inversão de uma realidade urbana pautada por algumas estruturas obsoletas ou degradadas, que descaracterizam o núcleo urbano.

A reabilitação do edificado surge, ainda, à luz das mais recentes orientações políticas nacionais, como forma de dar reposta às carências habitacionais de um determinado território, em particular em áreas sobre maior pressão do ponto de vista da procura, bem como naquelas com grande potencial de reabilitação e reconversão, em virtude da existência de uma significativa concentração de edifícios com necessidades de reparação ou de edifícios devolutos.

Enquanto linha central das políticas públicas, a reabilitação urbana tem nas entidades privadas um parceiro vital para o seu sucesso, pelo que objetiva envolver os proprietários nesta nova dinâmica urbana, alavancando o investimento privado, primordialmente a afetar à reabilitação de edifícios para fins habitacionais, comerciais e de serviços.

Na área da ARU de Pendilhe, a intervenção de reabilitação urbana sobre edifícios incide no edificado privado (Quadro 6), esperando-se que a mesma decorra do esforço do Município na dinamização e criação de estímulos para a iniciativa privada.

Quadro 6. Ação de reabilitação do edificado na ARU de Pendilhe

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	PROMOTOR
Reabilitação do Edificado Privado da ARU de Pendilhe	Reabilitação da estrutura edificada de cariz privado, como complemento à requalificação do espaço público. Pretende dotar os espaços de melhores condições, quer ao nível das fachadas, coberturas e caixilharias, quer ao nível do conforto e eficiência energética. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Regeneração do edificado; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Particulares e Entidades Privadas

5.2 INFRAESTRUTURAS

As intervenções ao nível das infraestruturas urbanas, quer sejam físicas, quer funcionais, revelam-se como estruturantes na organização e qualificação do espaço público, servindo frequentemente de estímulo para outras intervenções de cariz particular.

O RJRU refere que a reabilitação urbana deve contribuir de forma articulada para a prossecução de um conjunto de objetivos tais como "*modernizar as infraestruturas urbanas*" e "*recuperar espaços urbanos funcionalmente obsoletos promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas*" (artigo 3.º).

Em consonância com a estratégia definida para o território delimitado pela ARU, no que respeita às infraestruturas, é proposta uma intervenção para a reabilitação de um espaço para a colocação de ecopontos (Quadro 7).

Quadro 7. Ação a realizar sobre infraestruturas na ARU de Pendilhe

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	PROMOTOR
Reabilitação de um espaço para a colocação de Ecopontos	Reabilitação de um espaço, dotando-as das adequadas condições infraestruturais para a instalação de ecopontos, numa lógica de maior proximidade à comunidade e densificação da rede de equipamentos de deposição seletiva de resíduos. **Objetivos:** · Qualificação urbana e ambiental; · Melhoria dos serviços prestados à comunidade; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova de Paiva

A ação a realizar, no domínio da promoção da qualidade ambiental da área delimitada, assume o intento de incentivar a adequada deposição e separação de resíduos urbanos, numa lógica de proximidade à população. Para além do necessário arranjo urbanístico, a intervenção no espaço permitirá a instalação dos equipamentos em causa, facilitando a deposição de resíduos recicláveis pela população e a subsequente recolha dos mesmos para tratamento e valorização.

5.3 EQUIPAMENTOS

Com um efeito determinante nas dinâmicas urbanas, os equipamentos de utilização coletiva são muitas vezes percussores de novas centralidades, da revitalização de espaços ou do recrudescimento de novas dinâmicas. A este respeito note-se que o artigo 3.º do RJRU reconhece como um dos objetivos a prosseguir no âmbito da reabilitação urbana *"requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva".*

A operação de reabilitação urbana a levar a cabo na ARU de Pendilhe, no que aos equipamentos se refere, inclui sete intervenções distintas que se esperam integradas e complementares, encontrando-se as mesmas identificadas no Quadro 8.

Quadro 8. Ações a realizar sobre equipamentos na ARU de Pendilhe

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	PROMOTOR
Recuperação de edifício para a criação de Espaço Cidadão	Recuperação de um edifício para albergar as instalações de um Espaço Cidadão, equipamento e serviço de proximidade à população, promotores de coesão territorial e social, eliminando barreiras no acesso aos serviços públicos. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Melhoria dos equipamentos de utilização coletiva e dos serviços prestados à comunidade; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova
Reabilitação de um espaço na sede da Junta de Freguesia para a criação de uma cozinha regional	Reabilitação de um espaço na sede da Junta de Freguesia de Pendilhe para a criação de uma cozinha regional, equipamento de índole gastronómica. Idealizado numa lógica comunitária, este será um espaço disponível para quem, não dispondo de instalações próprias, pretenda preparar / confecionar produtos regionais, que resultem de modos de produção particulares (ex. doces, compotas, geleias e similares), potenciando novas dinâmicas e alavancando a economia local. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Melhoria dos equipamentos de utilização coletiva e dos serviços prestados à comunidade; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova
Recuperação de um edifício para a criação de uma Melaria	Recuperação de um edifício para a criação de uma Melaria, equipamento para utilização comunitária, que será dotado de espaços de trabalho que permitam aos cooperadores / apicultores extrair, processar e embalar o seu mel. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Melhoria dos equipamentos de utilização coletiva e dos serviços prestados à comunidade; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova
Recuperação de Fornos Comunitários	Recuperação de Fornos Comunitários, enquanto símbolo da tradição comunitária da aldeia, dotando-as das condições infraestruturais necessárias para que se tornem um espaço de visita e recriação dos antigos saberes, integrando-os na oferta turística o território. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Valorização do património edificado; · Melhoria dos equipamentos de utilização coletiva e dos serviços prestados à comunidade; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	PROMOTOR
Recuperação de Eiras antigas	Recuperação de Eiras antigas, enquanto símbolos da tradição comunitária da aldeia e testemunhos da arquitetura rural e das práticas agrícolas locais. Pretende-se a beneficiação destas estruturas patrimoniais, conservando-as e criando condições para a sua visitação, dinamização e promoção turística. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Valorização do património edificado; · Melhoria dos equipamentos de utilização coletiva e dos serviços prestados à comunidade; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova
Recuperação de Moinhos	Recuperação de Moinhos antigos, criando condições para a sua visitação, dinamização e promoção turística, como elementos patrimoniais e testemunhos das práticas locais. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Valorização do património edificado; · Melhoria dos equipamentos de utilização coletiva e dos serviços prestados à comunidade; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova
Recuperação de Canastros	Recuperação de canastros (espigueiros) antigos, criando condições para a sua visitação, dinamização e promoção turística, como elementos patrimoniais e testemunhos das práticas locais. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Valorização do património edificado; · Melhoria dos equipamentos de utilização coletiva e dos serviços prestados à comunidade; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova

Numa lógica de garantia de equipamentos e serviços de proximidade à população, ainda mais crucial num território com a estrutura demográfica que caracteriza Pendilhe, prevê-se a recuperação de um edifício preexistente na área delimitada, reconvertendo-o para albergar as instalações de um Espaço Cidadão, local onde os cidadãos poderão aceder aos serviços públicos.

Complementarmente, três das ações territoriais programadas nesta ARU incidem na recuperação de espaços e edifícios existentes, renovando-os, adaptando-os e reconvertendo-os em equipamentos de índole gastronómica, designadamente uma cozinha regional, uma melaria e fornos comunitários.

A recuperação de um edifício para a criação de uma Melaria, assume o propósito de o beneficiar infraestruturalmente, modernizando-o e adaptando-o de condições para o tipo de funções que irá desenvolver, nomeadamente dotando-o de espaços de trabalho que permitam aos cooperadores / apicultores extrair, processar e embalar o seu mel. Refira-se que a apicultura é uma das atividades mais praticadas nesta freguesia, aliada à flora natural típica como a urze e a urgueira, entre outras, resulta na

produção de mel de qualidade, um dos produtos de referência desta localidade beirã, sendo expectável que a criação de uma melaria em Pendilhe impulsione esta atividade e a economia local.

A criação de uma cozinha regional aproveitará espaço existente da Junta de Freguesia, reabilitando-o e adaptando-o para o novo uso comunitário. Este será um espaço disponível para quem, não dispondo de instalações próprias, pretenda preparar / confecionar produtos regionais, que resultem de modos de produção particulares, potenciando, por esta via, novas dinâmicas e alavancando a economia local.

Também a recuperação de Fornos Comunitários pretenderá intervir sobre preexistências, numa lógica de beneficiação e conservação destes símbolos da tradição comunitária da aldeia, procurando torna-los num espaço de visita e recriação dos antigos saberes, integrando-os na oferta turística o território.

A recuperação de moinhos, de canastros e das eiras antigas, por sua vez, pretende conservar, valorizar e afirmar estes símbolos da tradição comunitária da aldeia e testemunhos da arquitetura rural e das práticas agrícolas locais, como espaços de visitação, demonstração e dinamização do ponto de vista turístico.

5.4 Espaços Urbanos e Verdes de Utilização Coletiva

Um espaço urbano dotado de equilíbrio e coesão territorial e a aposta na melhoria do desenho dos espaços públicos constituem, como já foi referido, objetivos estratégicos inerentes à operação de reabilitação urbana a prosseguir na área delimitada pela ARU de Pendilhe. Para a consecução destes propósitos concorrem, em forte medida, a intervenção no espaço público, enquanto locais privilegiados de vivência e fruição urbana pela população.

Complementarmente ao referido, o artigo 3.º do RJRU, na alínea o) indica como um dos objetivos principais a prosseguir com a reabilitação urbana a promoção da melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação.

Em linha com tais pressupostos, as ações de reabilitação urbana a levar a cabo na ARU de Pendilhe visam a criação de espaços públicos convidativos e renovados, conferindo-lhes maior qualidade e equilíbrio urbano, ecológico e ambiental, enquanto sistema fundamental na vivência do núcleo, no recreio e lazer da população, estando previstas três intervenções ao nível dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, sintetizadas no Quadro 8.

Quadro 9. Ações a realizar sobre espaços urbanos e verdes de utilização coletiva na ARU de Pendilhe

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	PROMOTOR
Reabilitação de espaço para criação de zona de lazer e estacionamentos	Reabilitação do espaço anexo ao edifício da sede da Junta de Freguesia de Pendilhe para a criação de zona de lazer e área de estacionamento. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Requalificação do espaço público; · Melhoria das condições de mobilidade, segurança e acessibilidade · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova
Reabilitação da zona envolvente ao recinto da Igreja	Reabilitação da zona envolvente ao recinto da Igreja, beneficiando-a do ponto de vista estrutural e funcional, rearranjando os espaços e ordenando os usos. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Requalificação do espaço público; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova
Reabilitação do parque do Sr. da Piedade, parque de merendas e zona de lazer e desporto ao ar livre	Reabilitação do parque do Sr. da Piedade, parque de merendas e zona de lazer e desporto ao ar livre, beneficiando e qualificando o espaço, valorizando-o paisagística e ambientalmente, criando condições para a fruição pedonal, zonas de contemplação e realização de atividades lúdicas, incluindo a instalação de equipamentos / mobiliário urbano. **Objetivos:** · Qualificação urbana; · Requalificação do espaço público; · Promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística.	Município de Vila Nova

A reabilitação do espaço anexo ao edifício da sede da Junta de Freguesia de Pendilhe resultará na criação de área de estacionamento e de uma zona de lazer, confluindo para um melhor aproveitamento deste espaço, melhoria das acessibilidades e maior comodidade e bem-estar da população.

Por sua vez, a reabilitação da zona envolvente ao recinto da Igreja prevê a criação de um espaço condigno de fruição pública e a valorização de todo o património edificado que o envolve, beneficiando-o do ponto de vista estrutural e funcional, rearranjando os espaços e ordenando os respetivos usos.

Finalmente, as intervenções a executar na reabilitação do parque do Sr. da Piedade, parque de merendas e zona de lazer e desporto ao ar livre têm com intuito reforçar atratividade destes espaços, através de oferta de melhores condições para a prática de atividades lúdicas, em harmonia com a natureza, afirmando-os, no seu conjunto, como zona de equilíbrio ambiental no núcleo urbano, com repercussões expectáveis na melhoria da imagem e qualidade da vivência urbana em Pendilhe.

6. QUADRO DE APOIOS E INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA

Como estratégia de convite à participação dos privados no processo de reabilitação urbana em parceria com os municípios, foi definido um quadro de instrumentos, ferramentas e mecanismos de apoio e incentivo à estratégia de reabilitação urbana.

A aprovação da delimitação da ARU confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela integrados, o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, conforme estabelecido na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural (RJRU).

Assim, na operacionalização do programa de intervenção, compete ao sector público a atuação em domínios como a regulação e monitorização das intervenções, assegurando um conjunto de ações de natureza material ou imaterial que sirvam de encorajamento a outras entidades, designadamente as da esfera privada, empresarial ou individual, para a adesão à dinâmica global de reabilitação.

Neste ponto encontram-se sistematizados alguns mecanismos de apoio e estímulo a mobilizar para a implementação das diversas ações e projetos de intervenção propostos para a ARU de Pendilhe.

Será ainda exposto o quadro global dos benefícios fiscais de apoio à reabilitação urbana decorrentes da legislação vigente e com aplicabilidade no território nacional, e que estejam sujeitos a alguns pressupostos base, tais como a localização do prédio urbano em ARU (à luz do RJRU).

6.1 INSTRUMENTOS DE NATUREZA FISCAL

Nos termos da alínea a) do artigo 14.º do RJRU, a delimitação de uma área de reabilitação urbana "*obriga à definição, pelo município, dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), nos termos da legislação aplicável*".

Deste modo, a definição do conjunto de benefícios fiscais e demais incentivos à reabilitação urbana relacionados com a constituição legal da ARU de Pendilhe, assim como a fixação de mecanismos e procedimentos administrativos necessários para que os proprietários que manifestem interesse possam aceder a esses benefícios e incentivos será da responsabilidade, enquanto entidade gestora, do Município de Vila Nova de Paiva.

A aprovação da ARU de Pendilhe habilita os proprietários de prédios urbanos (ou frações de prédios urbanos) incluídos neste limite a um conjunto de benefícios fiscais. Neste sentido, importa referir que o diploma legal que procede à reforma da tributação do património – Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, introduz alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) relativos à reabilitação urbana, com

algumas normas novas sobre a atribuição de benefícios fiscais às casas de habitação e com a possibilidade de os sujeitos passivos de baixos rendimentos poderem aceder à isenção do IMI, constituindo-se ainda beneficiários em sede deste imposto e de IMT em relação aos prédios alvo de reabilitação urbanística.

Com a publicação do RJRU em 2009 (revisto posteriormente), o Governo Português considerou necessária a introdução de medidas adicionais de estímulo às ações de reabilitação urbana. Deste modo, no Orçamento de Estado para 2009 (Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro) foram estabelecidos benefícios fiscais e normativos à realização de ações de reabilitação de prédios urbanos em zonas delimitadas. Estas medidas assentam na introdução de um novo artigo 71.º no EBF, que passa a tornar mais duradouros os benefícios fiscais em causa.

Efetivamente, o artigo 71.º do EBF estabelece um conjunto de incentivos específicos no âmbito da reabilitação urbana para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação situados em ARU.

Considerando assim o anteriormente exposto, importa clarificar o conceito de "*ações de reabilitação*" que, de acordo com a alínea a) do número 23 do artigo 71.º do EBF, dizem respeito a "*intervenções de reabilitação de edifícios, tal como definidas no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, em imóveis que cumpram uma das seguintes condições:*

i. *Da intervenção resultar um estado de conservação de, pelo menos, dois níveis acima do verificado antes do seu início;*

ii. *Um nível de conservação mínimo 'bom' em resultado de obras realizadas nos quatro anos anteriores à data do requerimento para a correspondente avaliação, desde que o custo das obras, incluindo imposto sobre valor acrescentado, corresponda, pelo menos, a 25 % do valor patrimonial tributário do imóvel e este se destine a arrendamento para habitação permanente*.

Inerente à aprovação da ARU (e respetiva publicação em Diário da República), os proprietários de prédios urbanos que sejam integrados por esta delimitação, passam a usufruir dos benefícios fiscais que agora se elencam:

IMI

- Os prédios urbanos localizados em áreas de reabilitação urbana são passíveis de isenção por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para a habitação permanente ou a habitação própria e permanente (alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF).

IMT

- São passíveis de isenção na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente (alínea c) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF).
- São passíveis de isenção na aquisição de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos, a contar da data da aquisição (alínea b) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF).

IRS

- Dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação, até ao limite 500€ (n.º 4 do artigo 71.º do EBF).

MAIS-VALIAS

- Tributação à taxa autónoma de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando estas sejam inteiramente decorrentes da primeira alienação de imóveis reabilitados localizados em ARU (n.º 5 do artigo 71.º do EBF).

RENDIMENTOS PREDIAIS

- Tributação à taxa reduzida de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, quando os rendimentos sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis localizados em ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação urbana (n.º 7 do artigo 71.º do EBF).

Simultaneamente foi também criado um conjunto de benefícios para Fundos de Investimento Imobiliário em reabilitação urbana, nomeadamente:

Isenção de IRC, desde que pelo menos 75% dos seus ativos sejam imóveis sujeitos a ações de reabilitação localizadas em ARU (n.º1 do artigo 71.º do EBF)

Tributação das unidades de participação à taxa especial de 10%, em sede de IRS e IRC, nos termos previstos nos números 2 e 3 do artigo 71.º do EBF

Em regime de exceção aplicado às ARU, e no caso particular dos benefícios associados ao IMI e IMT, está dependente da deliberação da Assembleia Municipal, de acordo com o definido no artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais.

Outra medida de estímulo aos processos de reabilitação urbana em ARU com relevância é subsequente de uma recente alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, em particular em conformidade com o artigo 18.º do CIVA (e da verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA). Esta normativa acrescenta ao quadro de benefícios fiscais já apresentados ao abrigo do EB, o incentivo seguinte:

IVA	• Será aplicada a taxa reduzida de 6% em empreitadas de reabilitação urbana, tal como definida em diploma específico, realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em áreas de reabilitação urbana delimitadas nos termos legais, ou no âmbito de operações de requalificação e reabilitação de reconhecido interesse público nacional.

Os Municípios têm ainda a possibilidade de ir mais longe nesta política de incentivo à reabilitação urbana, por um lado premiando os proprietários que façam obras de reabilitação do seu património (discriminação positiva), e por outro penalizando os proprietários que descurem a manutenção do seu património edificado (discriminação negativa). Um exemplo paradigmático desta constatação decorre da possibilidade prevista no Código do IMI de um Município definir um conjunto de majorações e/ou minorações em sede de imposto (sempre sujeitas a deliberação municipal), nos casos de prédios urbanos localizados em áreas específicas, de prédios urbanos (ou frações) arrendados, de prédios urbanos (ou frações) degradados, de prédios urbanos (ou frações) devolutos ou ainda de prédios urbanos em ruína (Quadro 10).

Quadro 10. Benefícios fiscais que decorrem do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, dependentes de deliberação da Assembleia Municipal

IMPOSTO	ENQUADRAMENTO LEGAL	BENEFÍCIO OU PENALIZAÇÃO
IMI	Artigo 112.º do CIMI (n.º 3)	**Elevar ao triplo** a taxa em vigor prevista para prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano ou em ruínas
	Artigo 112.º do CIMI (n.º 6)	**Minoração até 30%** da taxa em vigor a aplicar a prédios urbanos em ARU
		Majoração até 30% da taxa em vigor a aplicar a prédios urbanos em ARU
	Artigo 112.º do CIMI (n.º 7)	**Redução até 20%** da taxa em vigor a aplicar aos prédios urbanos arrendados
	Artigo 112.º do CIMI (n.º 8)	**Majorar até 30%** a taxa em vigor prevista para prédios urbanos que se encontrem degradados

Fonte: Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI)

Estas majorações e reduções em sede de IMI serão efetivadas apenas após aprovação em sede de Assembleia Municipal. Importa ainda que as deliberações da Assembleia Municipal onde constem as respetivas decisões sejam comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte.

Nos subpontos seguintes serão explicitados as condições de acesso e os procedimentos administrativos necessários para que os proprietários possam de facto beneficiar dos benefícios fiscais agora apresentados.

Condições de Acesso aos Benefícios Fiscais

O conceito de "áreas de reabilitação" inscrito no EBF, anteriormente enunciado, permite percecionar que o acesso de um proprietário de um prédio (ou fração) urbano ao conjunto dos benefícios fiscais descritos no ponto anterior do presente capítulo não é automático e indiscriminado. Efetivamente, o EBF determina que o acesso a benefícios fiscais resultantes da execução de obras de reabilitação urbana seja necessariamente dependente de uma avaliação, de modo a apreciar o cumprimento de critérios de elegibilidade. Ainda nos termos do EBF, a comprovação do início e do término das ações de reabilitação é da competência do Município ou de outra entidade legalmente habilitada para gerir um programa de reabilitação urbana para a área da localização do imóvel, sendo da sua responsabilidade certificar o estado dos imóveis, antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação (através de vistorias).

De acordo com a alínea c) do número 23 do artigo 71.º do EBF, o "*estado de conservação*" de um edifício ou fração é determinado nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro. Segundo esta legislação, a análise do Estado de Conservação terá como base o Método de Avaliação do Estado de Conservação dos edifícios (MAEC), publicado pela Portaria n.º 1192-B/2006 (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro), que ratifica o modelo de ficha de avaliação, define os critérios de avaliação e estabelece as regras para a determinação do coeficiente de conservação.

A avaliação do estado de conservação é concretizada através de vistoria visual detalhada (37 elementos funcionais), não se recorrendo à consulta de projetos, à análise do historial de obras ou à realização de ensaios ou sondagens. Assim, considera-se que o despiste das principais anomalias e a obtenção de resultados com um grau de rigor adequado ao objetivo de determinação do nível de conservação é apenas possível através da vistoria.

O objetivo desta avaliação será verificar que as obras de reabilitação executadas sobre o prédio ou fração contribuem para uma melhoria de um mínimo de 2 níveis face à avaliação inicial, de acordo com os seguintes níveis de conservação, apresentados no Quadro 11 e preconizados no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.

Quadro 11. Níveis do estado de conservação utilizados no âmbito do MAEC

NÍVEL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
5	Excelente
4	Bom
3	Médio
2	Mau

NÍVEL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
1	Péssimo

Fonte: Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.

O artigo 3.º do referido diploma define ainda que a determinação do nível de conservação do prédio ou fração seja efetuada por arquiteto, engenheiro ou engenheiro técnico inscrito na respetiva ordem profissional, podendo a entidade gestora da ORU (a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva) optar entre as duas alternativas seguintes:

a) Trabalhadores que exerçam funções públicas, em qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, no respetivo município (ou outra entidade gestora competente);

b) Arquitetos, engenheiros ou engenheiros técnicos que, não se encontrando na situação anterior, constem de lista fornecida pelas ordens profissionais ao Município (ou outra entidade gestora competente) e publicada no sítio da *internet* do Município, com a indicação dos profissionais habilitados e disponíveis.

Importa ainda referir o artigo 7.º do mesmo diploma, que considera a possibilidade de o Município cobrar taxas pela determinação do nível de conservação e pela definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior, as quais constituem receita municipal.

Os trâmites processais descritos terão implicações organizativas e administrativas no município que poderão passar por eventuais reforços de competências técnicas e/ou delegação de competências necessárias para a concretização das avaliações dos imóveis, necessidades de alteração na orgânica municipal, necessidades de formação complementar para levar a cabo as avaliações do estado de conservação de acordo com a metodologia acima descrita, entre outros.

Refere-se ainda que este processo administrativo aplica-se apenas ao conjunto dos benefícios fiscais que decorrem do artigo 71.º do EBF, o que significa que, no caso do IVA, mais concretamente na aplicação da taxa reduzida de 6% em empreitadas de reabilitação urbana, será suficiente que o interessado solicite uma declaração, a emitir pelo Município ou por outra entidade legalmente habilitada, a confirmar que as obras de reabilitação a executar recaem sobre imóveis ou frações abarcados pelo perímetro de intervenção da ARU.

Procedimentos Administrativos para Acesso aos Benefícios Fiscais

Em concordância com o que foi anteriormente explicitado, para os proprietários poderem usufruir dos benefícios fiscais previstos no regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana do EBF, todos os processos de reabilitação urbana presumem que a Câmara Municipal (ou outra entidade gestora habilitada)

tome conhecimento efetivo do estado de conservação do prédio, quer antes quer depois das obras, sendo o impulso encetado pelo proprietário através de um requerimento/comunicação à entidade gestora.

Neste sentido, é da responsabilidade do proprietário comunicar à entidade gestora (a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva) as obras que pretende efetuar, encetando, para tal, um processo para a reabilitação de prédios urbanos ou frações de prédios urbanos.

Efetivamente, é preponderante que seja avaliado se a Câmara Municipal (ou outra entidade gestora habilitada) se encontra organicamente apta e capacitada para responder a estas necessidades emergentes e dinâmicas. De modo a contribuir de forma decisiva para o término de demoras e custos de contexto em matéria de aprovação de projetos e para suscitar uma dinâmica relevante nesta matéria poderá ser constituída uma Unidade Orgânica Flexível ou comissão especificamente dedicada ao acompanhamento e apreciação de projetos de reabilitação (incluindo a deslocação/fiscalização ao local antes e depois das obras, de modo a confrontar o estado do prédio, a articulação com o Serviço Local de Finanças, etc.).

Estes processos devem ser simples, flexíveis, prioritários e céleres, sendo que os projetos devem cumprir o mínimo de requisitos legalmente previstos, designadamente a preservação das fachadas e a manutenção de elementos arquitetónicos e estruturais de valor patrimonial.

6.2 Instrumentos de Natureza Regulamentar e Administrativa

Em 2017, iniciava-se o projeto Reabilitar como Regra (RcR) que teve como principal objetivo apresentar uma proposta de "*revisão do enquadramento legal e regulamentar da construção, de modo a adequá-lo às exigências e especificidades da reabilitação*", conciliando os "*atuais padrões de segurança, habitabilidade, conforto e de simplificação do processo de reabilitação, com os princípios da sustentabilidade ambiental e da proteção do património edificado, em sentido lato*" (Resolução do Conselho de Ministros n.º 170/2017, de 9 de novembro).

Neste âmbito, surge o Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, que vem estabelecer o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas, sempre que estes se destinem a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional, definindo três princípios fundamentais, designadamente: o princípio da proteção e valorização do existente; o princípio da sustentabilidade ambiental; e o princípio da melhoria proporcional e progressiva.

O **princípio da proteção e valorização do existente** defende que a "*atuação sobre o edificado existente deve sempre integrar a preocupação de uma adequada preservação e valorização da preexistência, bem como a sua conjugação com a melhoria do desempenho, que deve sempre orientar qualquer intervenção de reabilitação*", a "*proteção e valorização das construções existentes assenta no reconhecimento dos seus valores (artísticos ou estéticos; científicos ou tecnológicos; e socioculturais)*", e por fim, que os valores "*assumem particular expressão no edificado corrente através das características arquitetónicas,*

construtivas e espaciais, que se refletem na sua singularidade e expressão de conjunto, na coerência construtiva e funcional, na adequação aos modos de vida, bem como no seu reconhecimento pela comunidade" (Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho).

O **princípio da sustentabilidade ambiental** preconiza que a "*atividade de reabilitação deve ser orientada para a minimização do seu impacto ambiental, assumindo o desígnio da preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, com particular incidência na redução da extração e processamento de matérias-primas, produção de resíduos e emissão de gases nocivos*", a "*reabilitação de edifícios contribui para a sustentabilidade ambiental através do aumento da vida útil dos edifícios e deve privilegiar a reutilização de componentes da construção, a utilização de materiais reciclados, a redução da produção de resíduos, a utilização de materiais com reduzido impacto ambiental, a redução de emissão de gases com efeito estufa, a melhoria da eficiência energética e a redução das necessidades de energia, incluindo a energia incorporada na própria construção, bem como o aproveitamento de fontes de energia renováveis*" e, por último, que "*no fim da vida útil de componentes ou partes da construção, esgotadas as soluções de manutenção e reabilitação, devem ser privilegiadas ações de desconstrução ou desmontagem, de modo a responder aos objetivos previstos no número anterior, em detrimento da demolição, ainda que seletiva*" (Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho).

O **princípio da melhoria proporcional e progressiva** indica que "*a melhoria da qualidade de vida e da habitabilidade deve estar subjacente a todas as intervenções no edificado existente, sendo alcançada de forma gradual e proporcional à natureza da intervenção a realizar, devendo adotar-se as medidas mais adequadas que são tanto mais profundas quanto maior for a intervenção*" e ainda que "*as intervenções sobre o edificado existente devem ter em consideração uma relação custo-benefício, entendida em sentido lato, segundo diferentes perspetivas*", nomeadamente: i) Curto e longo prazo; ii) Financeira, social e cultural; iii) Individual e coletiva; iv) Comunidade local e de uma visão global, considerando a região, país e o planeta.

O novo regime propõe alterações regulamentares no domínio do RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas), da segurança contra incêndios, do comportamento térmico e eficiência energética, do comportamento acústico, das acessibilidades e instalações. Faz ainda a articulação com o domínio da segurança estrutural, incluindo a segurança sísmica, revogando inclusivamente os regulamentos nacionais de Estruturas que serão substituídos pelos Eurocódigos. Nestes termos, para a regulamentação destes domínios, o artigo 17.º prevê a publicação de seis portarias, respetivamente:

- Portaria n.º 304/2019, de 12 de setembro, que define os requisitos funcionais da habitação e da edificação aplicáveis às operações de reabilitação em edifícios ou frações autónomas com licença de construção emitida até 1 de janeiro de 1977, sempre que estes se destinem a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional;

- Portaria n.º 302/2019, de 12 de setembro, que define os termos em que obras de ampliação, alteração ou reconstrução estão sujeitas à elaboração de relatório de avaliação de vulnerabilidade sísmica, bem como as situações em que é exigível a elaboração de projeto de reforço sísmico;
- Portaria n.º 297/2019, de 9 de setembro, que procede à quarta alteração da Portaria n.º 349-B/2013, de 29 de novembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção;
- Portaria n.º 303/2019, de 12 de setembro, que fixa os custos-padrão, definidos por tecnologia, sistema, ou elemento construtivo que permitem quantificar o custo das intervenções para operações de reabilitação;
- Portaria n.º 305/2019, de 12 de setembro, que fixa as normas técnicas dos requisitos acústicos em edifícios habitacionais existentes;
- Portaria n.º 301/2019, de 12 de setembro, que define o método de projeto para a melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada em edifícios habitacionais existentes.

O regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, esclarece ainda o entendimento de:

- a) «***Operações de reabilitação***» como as intervenções de reabilitação realizadas em edifícios ou frações autónomas que consistam nas seguintes operações urbanísticas, conforme definição prevista no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual:

  i) Obras de alteração;

  ii) Obras de reconstrução ou de ampliação, na medida em que sejam condicionadas por circunstâncias preexistentes que impossibilitem o cumprimento da legislação técnica aplicável.

- b) «***Total ou predominantemente afetos ao uso habitacional***», os edifícios ou frações autónomas em que pelo menos 50% da sua área se destine a habitação e a usos complementares, designadamente estacionamento, arrecadação ou usos sociais.

Com a criação deste regime regra, deixou de ser necessária a existência de um regime excecional e temporário e, como tal, foi revogado o anterior Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.

6.3 INSTRUMENTOS DE NATUREZA FINANCEIRA

Dada a complexidade que o processo de reabilitação urbana se reveste, torna-se vital a sua dinamização através de diferentes prismas. Neste âmbito os mecanismos financeiros assumem-se como instrumentos decisivos para a concretização de muitas intenções de investimento, quer sejam de natureza pública, quer sejam de natureza privada.

Desta forma o Estado pode, nos termos previstos na legislação respetiva, conceder apoios financeiros e outros incentivos aos proprietários e a terceiros que promovam ações de reabilitação de edifícios e, no caso de Operações de Reabilitação Urbana sistemática, de dinamização e modernização das atividades económicas.

Serão de seguida explanados alguns instrumentos e mecanismos existentes com pertinência para a ORU de Pendilhe.

I - Programas de apoio ao investimento público no âmbito do Quadro de Apoio Comunitário

Desde o período de programação 2007-2013, com a iniciativa JESSICA, até ao período de programação 2014-2020, com o IFRRU, que as iniciativas de reabilitação do edificado têm vindo a ser apoiadas através de instrumentos financeiros.

No Período de Programação 2014-2020, o Quadro de Referência Estratégica Nacional – Portugal 2020 – contemplou, no respetivo Eixo 4 "*Reforço da Competitividade do Território*", diversas linhas direcionadas à requalificação do ambiente urbano.

No referido enquadramento estratégico, em fase de conclusão da execução física e financeira, tiveram relevância para o âmbito do presente programa as Prioridades de Investimento 4.5 - *Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação*; 6.5 - *Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído*; e 9.8 - *Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais*.

Ainda com relação ao supracitado período de programação dos fundos da UE, à escala regional da NUT III – Viseu Dão Lafões, a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), e o subsequente Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) de Viseu Dão Lafões, referentes ao horizonte 2020, preconizava como um dos domínios estratégicos o "*Sistema Urbano e Qualidade de Vida*", onde se enquadravam objetivos estratégicos, como: o OE3. "*Desenvolver na sub-região um sistema urbano*

policêntrico que contribua para a competitividade e para a coesão regional"; o OE4. "*Garantir a qualificação das áreas urbanas através da regeneração e valorização urbanística e de uma maior eficiência energética em prole da qualidade de vida*"; e o OE5. "*Articular as Redes de Acessibilidades e Organizar os Sistemas de Transportes em torno da Mobilidade Sustentável*".

No atual Período de Programação 2021-2027, o novo Quadro de Referência Estratégica Nacional – Portugal 2030 – inclui o Objetivo Estratégico 5 (OP5) "*Portugal Territorialmente mais Coeso e Próximo dos Cidadãos*", que prevê, entre outras áreas, as intervenções das entidades municipais, intermunicipais e metropolitanas para a "*reabilitação e regeneração urbanas, com enfoque nos desafios associados à atração de população para os centros urbanos, à provisão de espaços inclusivos e acessíveis e que potenciem a mobilidade intra e interurbana, incluindo através da apropriação do conceito de novo Bauhaus europeu e prosseguindo, também, objetivos de eficiência energética; autoconsumo e comunidades de energia renovável (OP2)".*

O Portugal 2030 será implementado através de 12 programas: quatro de âmbito temático; cinco Regionais; dois das Regiões Autónomas; e um de Assistência Técnica. Entre tais programas, os Programas Regionais, referentes a cada uma das NUTS II do Continente, mobilizam a generalidade dos Objetivos Estratégicos, com particular destaque para aqueles focados na dimensão territorial das políticas públicas/territorialização das políticas públicas, onde se incluí o OP5 supramencionado.

Pelo contexto geográfico da presente ARU, importa destacar o Programa Regional do Centro – **Centro 2030** – cuja programação inclui cinco objetivos estratégicos alinhados com as prioridades da União Europeia, entre os quais se destacam "*Centro + Verde*" e "*Centro + coeso e + próximo dos cidadãos*", que enquadram, por um lado, investimentos na sustentabilidade, economia circular, transição energética e mobilidade urbana sustentável, e, por outro lado, o apoio a estratégias de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento urbano sustentável.

Por fim, e voltando à programação estratégica da NUT III – Viseu Dão Lafões, para o horizonte 2030, importa destacar os respetivos:

- **Eixo Temático Vertical I. "*Sustentabilidade demográfica e coesão social*"**: onde se prevê como linha de ação, entre outras, a "*criação e reabilitação de espaços públicos inclusivos equipados para a prática desportiva e atividades de lazer*";
- **Eixo Transversal Territorial VIII. "*Sistema Urbano Policêntrico*"**: que reconhece como um dos seus domínios prioritários a "regeneração urbana", nele enquadrando, entre outras, intervenções de "*reabilitação do parque edificado, promovendo a eficiência energética, melhorando o acesso à habitação, qualificando o habitat e dinamizando a inclusão social*", de "*regeneração dos ecossistemas, preservando as infraestruturas verdes, qualificando o espaço público, contribuindo para um bem-estar mais saudável, privilegiando o usufruto da paisagem natural, o conforto e a qualidade bioclimática, e os fatores que influenciem positivamente a saúde humana*" e de

"*mobilidade sustentável, privilegiando alternativas de mobilidade, mais suaves, seguras e limpas, com soluções multimodais de baixo carbono, sustentadas em energias renováveis e inteligentes com baixo teor de carbono*".

II – Instrumento de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)

A NGPH é resultado da Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, na qual se estabeleceu o seu sentido estratégico, os seus objetivos e os instrumentos de atuação. Os principais objetivos são garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público e criar condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.

Os instrumentos disponíveis organizam-se consoante os objetivos preconizados, sendo que relativamente à reabilitação do edificado destaca-se o ***Objetivo 3 - Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano***, no âmbito do qual se referem os seguintes instrumentos:

- **Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível (RPA-HA)** [2]: tem como objetivo "*o financiamento de operações de reabilitação de parte de um edifício, de edifícios ou de empreendimentos cujas habitações, no fim da operação, se destinem, no todo ou maioritariamente, a arrendamento acessível ou a arrendamento com rendas de valor inferior aos limites aplicáveis no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível*".

- **Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana (IFRUU 2020)** [3]: destina-se a apoiar investimentos em reabilitação urbana, cobrindo todo o território nacional. O IFRRU 2020 reúne num único instrumento financeiro diversas fontes de financiamento, quer Fundos Europeus Estruturais e de Investimento do Portugal 2020, neste caso FEDER e FCoesão, quer outras, como o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB), com vista à otimização e maximização dos recursos financeiros destinados a apoiar a reabilitação e revitalização urbanas no território nacional. Este instrumento pretende financiar a reabilitação integral de edifícios, situados em áreas de reabilitação urbana, com o objetivo de promover a fixação de pessoas e de atividades económicas, contribuindo, deste modo, para a criação de riqueza e de emprego nessas áreas, num alógica de urbanismo sustentável, para a diminuição do

[2] Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/o-que-e-rpa-ha (acedido a 06 de junho de 2023).

[3] Disponível em: https://ifrru.ihru.pt/web/guest/ifrru2020#O_QUE_%C3%89 (acedido a 06 de junho de 2023).

consumo anual de energia primária na habitação e apoiando, ainda, a reabilitação urbana em comunidades desfavorecidas.

As intervenções passíveis de apoio pelo IFRRU 2020 referem-se à reabilitação integral dos edifícios com idade igual ou superior a 30 anos (ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois), a reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas e as intervenções em edifícios de habitação social que sejam alvo de reabilitação integral. O instrumento pretende, assim, configurar uma alavanca para a sustentabilidade das cidades e para melhoria da qualidade de vida das pessoas, criando oportunidades de desenvolvimento económico e social nos centros urbanos.

- **Programa Casa Eficiente 2020** [4]: visa "*conceder empréstimo em condições favoráveis a operações que promovam a melhoria do desempenho ambiental dos edifícios de habitação particular, com especial enfoque na eficiência energética e hídrica, bem como na gestão dos resíduos urbanos. As intervenções poderão incidir no envelope do edifício e nos seus sistemas*". O Programa é dinamizado pela CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário e conta com o apoio técnico da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres e da ADENE – Agência para a Energia.

- **Plano de Ação de Reabilitação Urbana (PARU)**: incidindo diretamente nas ARU e com princípios diretamente relacionados com a requalificação urbanística do espaço público e edificado, consiste num instrumento de programação que suporta a contratualização com o Município de apoios financeiros a intervenções de regeneração urbana.

- **Programa de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais na Vertente da Eficiência Energética**: apoia intervenções que visem aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo em edifícios de habitação social.

No âmbito do ***Objetivo 1 - Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional*** da NGPH, importa destacar o seguinte instrumento de política passível de mobilização para fins de reabilitação:

- **1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação** [5]: passa por garantir o acesso a uma habitação adequada a pessoas que residem em condições habitacionais indignas, seja em situação de precariedade, insalubridades e insegurança, incluindo residência em zonas de risco ambiental, sobrelotação ou inadequação face a necessidades específicas de pessoas com deficiência.

[4] Disponível em: https://casaeficiente2020.pt/sobre-o-programa/ (acedido a 06 de junho de 2023).

[5] Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/1.%C2%BA-direito (acedido a 06 de junho de 2023).

Assentará na concessão de apoio financeiro aos atores públicos e assistenciais locais (municípios, empresas municipais, instituições particulares de solidariedade social), a associações de moradores e cooperativas de habitação e construção constituídas por agregados familiares elegíveis ao abrigo do programa e diretamente aos próprios agregados familiares, para disponibilização de um leque diverso de soluções habitacionais a valores acessíveis ao universo dos destinatários, cobrindo especificamente no âmbito do presente documento: a reabilitação de prédios ou de frações para habitação; a aquisição e reabilitação de prédios ou de frações para habitação; e a aquisição e reabilitação ou construção de equipamento social funcionalmente complementar de um empreendimento habitacional.

Por fim, refere-se ainda um instrumento de política adotado no âmbito do ***Objetivo 2 - Garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via do mercado*** da NGPH, a saber:

- **FNRE - Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado**[6]: pretende o desenvolvimento e a concretização de projetos de reabilitação de imóveis para a promoção do arrendamento, em especial o habitacional, tendo em vista a regeneração urbana e o repovoamento dos centros urbanos, pretendendo alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente do investimento.

III – Produtos financeiros disponibilizados pela banca em condições protocoladas, com destaque para os Instrumentos Financeiros para a Eficiência Energética e para a Reabilitação e Revitalização Urbanas

O Fundo de Eficiência Energética (FEE) constitui um instrumento financeiro capaz de financiar os programas e medidas previstas no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) em todas as suas linhas de atuação. Assim, é destinado à utilização de energias renováveis para autoconsumo na administração central e local e à promoção da eficiência nas habitações particulares, privilegiando os projetos destinados ao edificado existente com pior desempenho energético e que promovam a redução do consumo de energia e ao aumento de pelo menos dois níveis no certificado de desempenho energético.

6.4 Medidas de Política Complementares de Iniciativa Municipal

No artigo 67º do RJRU é definida a possibilidade de ser estabelecido um regime especial de taxas municipais, constante de regulamento municipal, para incentivo à realização das operações ou para

[6] Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/fundo-nacional-para-a-reabilitacao-do-edificado (acedido a 06 de junho de 2023).

"*incentivo à instalação, dinamização e modernização de atividades económicas, com aplicação restrita a ações enquadradas em operações de reabilitação urbana sistemática".*

Considerando as opções estratégicas territoriais do Município de Vila Nova de Paiva para a delimitação da ARU e desenvolvimento da respetiva ORU, e avançadas algumas das linhas adotadas em outras escalas, considera-se que a Câmara Municipal poderá também consertar algumas políticas de âmbito municipal como forma de apoio / promoção da reabilitação urbana.

Estas ações deverão ter em consideração alguns dos princípios norteadores da política municipal em todo o processo de regeneração urbana como sendo: a requalificação patrimonial e reforço da identidade do concelho, o aumento da atratividade e a inversão das tendências demográficas regressivas.

Neste seguimento, a definição de um "Regulamento Municipal de Incentivo à Reabilitação Urbana" constitui uma ferramenta relevante ao dispor do Município, assim como a alteração ao regulamento municipal de taxas em vigor referentes à gestão urbanística, aplicando o regime de exceção para as situações de reabilitação urbana com atribuição de isenções e reduções em casos, como é exemplo, a taxa de entrada de pedidos de licenciamento, comunicação prévia ou emissão de alvará de obras.

Neste contexto, sugerem-se algumas iniciativas à escala municipal que poderão reforçar o incentivo à Reabilitação Urbana captando o interesse dos privados para a participação conjunta em todo o processo, nomeadamente:

- Promoção de ações de divulgação e disseminação do "*Regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas*" junto dos técnicos do município, promovendo um melhor conhecimento das situações de exceção aplicadas à reabilitação urbana;
- Criação de uma bolsa de artífices qualificados, microempresas e PME vocacionadas para a reabilitação;
- Criação de parcerias municipais com empresas fornecedoras;
- Elaboração de um Plano de Comunicação e divulgação da ARU de Pendilhe;
- Organização e dinamização de fóruns de opinião e debate que permitam alargar o conhecimento e a troca de impressões sobre a ARU de Pendilhe;
- Criação de um sistema de monitorização do mercado de arrendamento.

Estas linhas vêm reforçar a importância de a política municipal agir de forma coordenada com outras entidades, neste caso com o IHRU, as empresas concelhias, os privados ou os corpos associativos. Esta atuação, para além de permitir uma atuação mais eficaz, põe em prática os princípios de coordenação de interesses e de contratualização referidos como princípios gerais importantes para a reabilitação urbana (artigo 4.º do RJRU).

7. MODELO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA ORU

7.1 TIPOLOGIA

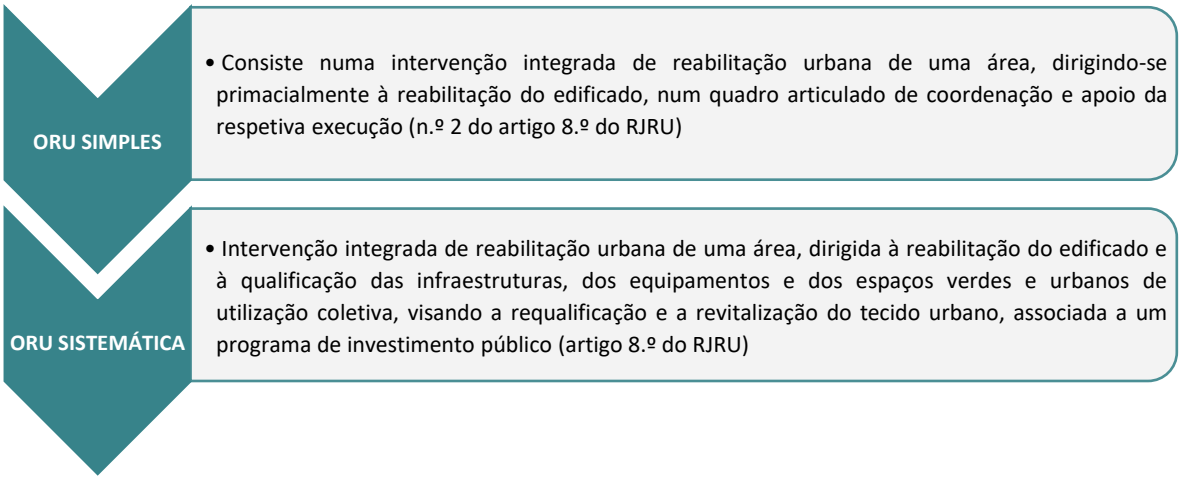
Em concordância com o disposto na alínea j) do artigo 2.º do RJRU, a reabilitação urbana pode ser entendida como uma "*forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios*". Do mesmo modo, para que seja definida que parcela do terreno poderá integrar uma intervenção deste tipo, será essencial delimitar uma ARU e estabelecer o conjunto articulado de intervenções a proporcionar, atendendo à reabilitação desta área de forma integrada, ou seja, estruturar a operação de reabilitação urbana.

Ao incidir em espaços urbanos que necessitem de uma intervenção integrada, a ARU pode incluir áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e zonas de proteção respetivas, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas.

Por sua vez, a ORU, que estrutura a atuação na ARU através de instrumento próprio, é definida na alínea h) do artigo 2.º do RJRU, como "*conjunto articulado de intervenções, visando, de forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área*".

Nos termos do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, as Operações de Reabilitação Urbana poderão ser simples ou sistemáticas (Figura 8), de acordo com a opção do Município.

Figura 8. Tipologias possíveis de ORU



As operações de reabilitação urbana simples são enquadradas por instrumentos de programação designados por "*estratégia de reabilitação urbana*", enquanto as operações de reabilitação urbana sistemática são enquadradas por "*programas estratégicos de reabilitação urbana*".

Relativamente à ARU de Pendilhe optou-se pelo desenvolvimento de uma **ORU do tipo sistemático**, por se considerar que constitui uma resposta mais adequada às necessidades de atuação territorial naquele local, uma vez que prevê uma atuação mais integrada e transversal a vários setores associada a um programa de investimento público.

O desenvolvimento deste processo será contínuo e participativo, adotando soluções integradas em que as respostas dadas possam ir de encontro às aspirações não só do Município em si, mas também de todos os munícipes.

Neste contexto, merece ainda referência o artigo 32.º da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, que procedeu à primeira alteração do RJRU, ao indicar a aprovação de uma ORU como causa de utilidade pública mais concretamente que "*a aprovação de uma operação de reabilitação urbana sistemática constitui causa de utilidade pública para efeitos da expropriação ou da venda forçada dos imóveis existentes na área abrangida, bem como da constituição sobre os mesmos das servidões, necessárias à execução da operação de reabilitação urbana*".

7.2 Modelo de Gestão

O modelo de gestão e de execução tem como objetivo primordial agilizar todo o processo de reabilitação, nomeadamente ao nível de recursos humanos, especificidade de atuação e contactos com os agentes intervenientes no processo (Figura 9).

Figura 9. Dimensões a considerar no modelo de gestão e execução da ORU

Recursos Humanos

Existência de uma estrutura mais operacional e mais eficiente no tratamento dos processos de licenciamento urbanístico de reabilitação.

Especificidade de Atuação

Equipa direcionada exclusivamente para a promoção, incentivo e viabilização de operações de reabilitação urbana do edificado presente na ARU.

Contactos com os Agentes Intervenientes no Processo

Enquanto entidade gestora, promover o contacto direto e privilegiado com os diversos intervenientes, nomeadamente proprietários, técnicos habilitados (engenheiros, arquitetos, ...), empreiteiros, entidades governamentais, entre outros.

Note-se, ainda, que o modelo de governação a implementar partilha os objetivos com o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027 que inclui, de forma simplificada, e entre outros, os seguintes princípios orientadores:

- **Simplificação**: prosseguir uma estratégia de redução dos custos administrativos associados à gestão e tramitação processual, refletida numa redução e simplificação das interações necessárias dos beneficiários com o sistema;
- **Orientação para resultados**: assegurar que a aplicação do financiamento está centrada nos resultados a atingir, aprofundando os mecanismos de apropriação e responsabilização dos beneficiários;
- **Transparência**: aplicar à gestão de financiamentos boas práticas de informação pública dos apoios a conceder e concedidos e de avaliação dos resultados obtidos;
- **Segregação das funções** de gestão e de prevenção de conflitos de interesse: subordinar o modelo de gestão do financiamento ao primado da separação rigorosa de funções de análise, decisão e controlo;
- **Sinergias entre fontes de financiamento** nacionais e europeias: assegurar, quer na dimensão de programação estratégica e orçamental, quer na vertente de acompanhamento e avaliação, uma visão global dos recursos mobilizados ao serviço da estratégia.

Constituindo a governação uma componente vital para o sucesso da operacionalização da ORU pretende-se que o modelo adotado promova a eficácia e eficiência na gestão financeira e do território, assente num processo ativo, comunicado e proactivo. A boa execução da ORU exige, portanto, um modelo de gestão e governação claro, eficiente, transparente, ágil e flexível, que promova sinergias e complementaridades com outras estratégias, programas e fontes de financiamento e no qual esteja assegurada a parceria com a sociedade civil.

De acordo com o número 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), a qualidade de entidade gestora pode ser assumida por uma das seguintes entidades:

- Município;
- Empresa do setor empresarial local.

Nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, estabelece-se o tipo de entidade gestora que é adotada na estratégia de reabilitação urbana ou no programa estratégico de reabilitação urbana.

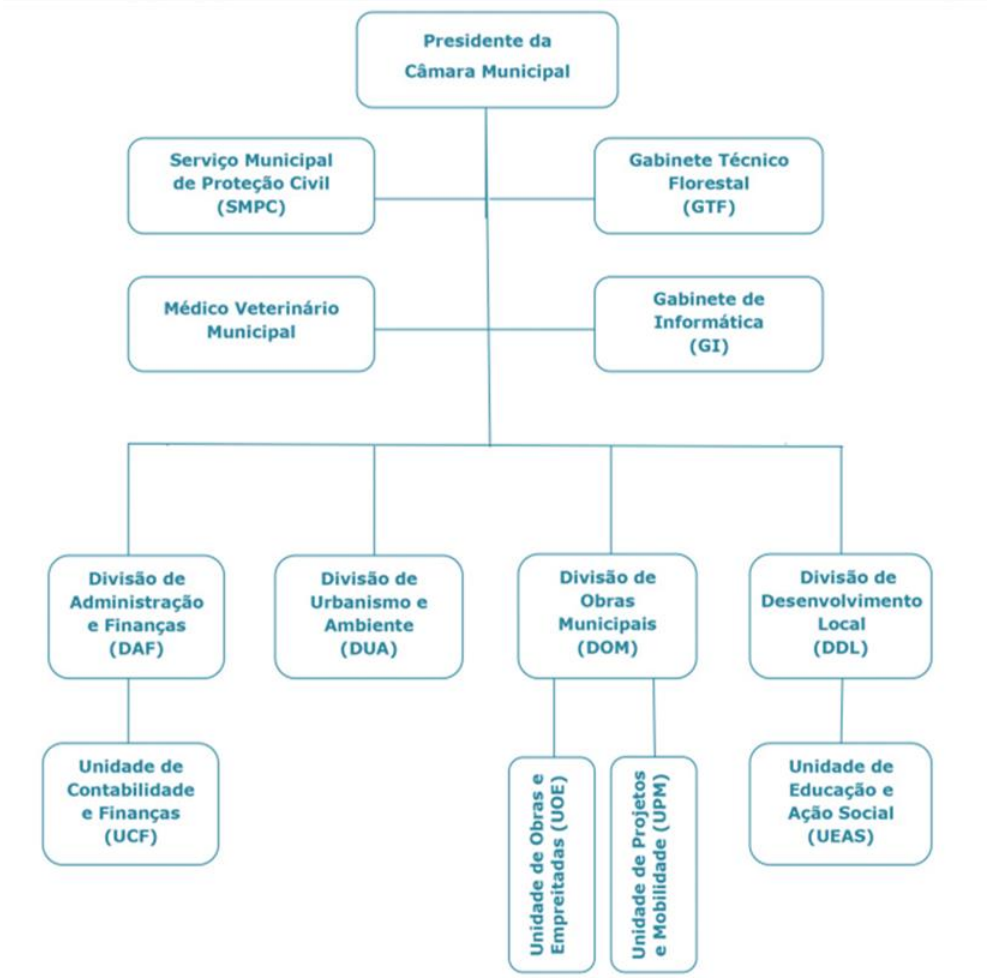
No presente caso, a **Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva** assumirá as funções de **entidade gestora** da ARU de Pendilhe, garantindo a execução da respetiva ORU, assentando numa estrutura que assegure a adequada segregação de funções e independência no que se refere à seleção das operações.

Ao assegurar-se como entidade gestora de todo o processo, a Câmara Municipal deve garantir:

- Colaboração e partilha de responsabilidades entre os agentes e intervenientes, sejam públicos ou privados (empresas, associações, residentes, proprietários, etc.);
- Criação de plano de marketing com plano de comunicação e promoção da regeneração urbana, destinado aos públicos interno e externo, para divulgação das intervenções no espaço público e dimensão económico-social;
- Normalização de procedimentos urbanísticos, promovendo lógicas eficientes de gestão e de regulamentação do território;
- Implementação de métodos de avaliação e monitorização da situação atual e concretização do programa estratégico;
- Alterações normativas dependentes do município, através da aplicação de regulamentos municipais a rever e/ou a elaborar para a área da ARU e outros instrumentos de gestão do território;
- Candidatura a apoios financeiros no quadro comunitário de apoio vigente (período de programação 2021-2027);
- Promoção da utilização de instrumentos de execução de política urbanística, nos casos em que os proprietários não procedam à requalificação;
- Criação de um quadro de apoios fiscais e financeiros incentivadores da reabilitação urbana;
- Dinamização e intervenção no património municipal;
- Disponibilização de informações sobre os direitos e deveres dos proprietários, demais titulares de direitos reais e arrendatários, no processo de reabilitação, nomeadamente, sobre as eventuais comparticipações financeiras públicas ou bonificações de crédito a que estes possam aceder, bem como incentivos fiscais e municipais em vigor, no sentido da defesa dos seus interesses legítimos e de uma maior responsabilização pela preservação do ambiente urbano;
- Assegurar a coesão urbanística, harmonia e lógica territorial das ações autónomas, designadamente no que respeita aos espaços públicos urbano e muito especialmente à regeneração das infraestruturas urbanas.

Na Figura 10 expõe-se a organização estrutural e funcional do Município de Vila Nova de Paiva, onde é definida a relação hierárquica do Município em si e das estruturas que o constituem e que são passíveis de mobilização para efeitos de operacionalização do modelo de gestão da ORU.

Figura 10. Organograma da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva



Fonte: Município de Vila Nova de Paiva (2023).

Alicerçado na referida estrutura organizacional, e balizado pelos princípios orientadores anteriormente elencados, o modelo de governação proposto assenta em dois níveis que incluem os setores de coordenação política e técnica (Quadro 12).

Quadro 12. Modelo de governação e execução da ORU

ESTRUTURA	EXECUÇÃO
Gestão política e estratégica	Presidente da Câmara.
Equipa estratégica – operacional	Equipa (vereador e técnicos).
Coordenador Técnico e operacional do PERU	Vereador.

ESTRUTURA	EXECUÇÃO
Núcleos de Gestão Operacional	Dirigentes/Técnicos das divisões da Câmara Municipal. ▪ Garantirão o apoio técnico nas áreas funcionais dos Núcleos de Gestão Operacional, propondo-se a criação de três unidades: – **Administrativa, jurídica e financeira** – Divisão de Administração e Finanças; – **Análise e seleção, execução e acompanhamento de candidaturas** - Divisão de Obras Municipais e Divisão de Urbanismo e Ambiente; – **Monitorização e avaliação** - Divisão de Obras Municipais e Divisão de Urbanismo e Ambiente.

Como forma de rentabilizar a estrutura já instalada e, respeitando o organigrama do Município, pretende-se utilizar um modelo simples que se enquadre na organização existente evitando complexificação de funções e duplicação de tarefas ou sobrecarga das equipas técnicas.

A estreita interação e articulação entre as diferentes estruturas orgânicas do Município de Vila Nova de Paiva, que certificam as competências intrínsecas à execução da ORU, será fundamental para a garantia do sucesso e da eficácia da ORU.

O nível da **Gestão Política e Estratégica** será assumido pelo Presidente da Câmara, com possibilidade de ser coadjuvado por vogais (a designar pelo município).

Em articulação com este nível estará a **equipa estratégica e operacional**, a qual será composta por um grupo composto pela vereação e membros da equipa técnica do Município, dirigidos pelo **coordenador técnico e operacional da ORU**, titularidade atribuída ao vereador.

Esta comissão terá como responsabilidades principais: o acompanhamento da implementação do PERU, através da apreciação de relatórios de execução e resultados das operações; a monitorização dos progressos realizados face aos objetivos e metas traçados; e a emissão de recomendações e propostas de melhoria.

Os **Núcleos de Gestão Operacional** serão assumidos pelos dirigentes/ técnicos das divisões da Câmara Municipal que garantirão o apoio técnico nas áreas funcionais que lhes competem. Desta forma, a função administrativa, jurídica e financeira caberá à Divisão de Administração e Finanças; a análise, seleção, execução e acompanhamento de candidaturas ficará sob a alçada da Divisão de Obras Municipais e da Divisão de Urbanismo e Ambiente; e a monitorização e avaliação será da competência, uma vez mais, da Divisão de Obras Municipais e da Divisão de Urbanismo e Ambiente.

A **Comunicação** será assegurada através da disponibilização de informação via *internet* e canais convencionais, com a prestação regular de informação ao público, através da divulgação das ações e iniciativas da ORU, assim como dos progressos da sua realização e dos resultados.

Mais do que criar uma estrutura funcional de resposta à governação e gestão exigidas pela execução da ORU, pretende-se a rentabilização de todo o conhecimento e experiência já instalados no Município, como de toda a sua estrutura organizacional, a qual se afigura capaz de garantir os níveis de competência, autonomia e independência fundamentais para o sucesso da referida operação.

7.3 MODELO DE EXECUÇÃO

O RJRU estabelece para as Operações de Reabilitação Urbana dois modelos de execução, com primazia das entidades privadas por iniciativa dos particulares ou com o foco nos organismos públicos por iniciativa das entidades gestoras.

As intervenções tendentes à execução de uma Operação de Reabilitação Urbana sistemática devem ser ativamente promovidas pelas respetivas entidades gestoras (artigo 31.º RJRU).

No caso da ORU de Pendilhe, o modelo de execução da ORU a adotar prevê a execução das ações, preferencialmente, por iniciativa dos particulares, com apoio da entidade gestora, que será o Município de Vila Nova de Paiva.

Pretende-se, deste modo, que o Município assuma um papel dinamizador, regulador e de apoio aos particulares na gestão da execução da operação, sendo que a sua decisão prevalece em matéria da definição da estratégia de reabilitação urbana a prosseguir.

A inclusão dos particulares em todo o processo de reabilitação urbana reveste-se de crucial importância estando plasmado num dos princípios do RJRU que defende a responsabilização dos proprietários e demais titulares de direitos sobre os edifícios ou frações, aos quais são aplicados os deveres de conservação ordinária e extraordinária dos imóveis (de acordo com o artigo 89.º da redação atual do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE – Decreto-Lei n.º 121/2018, de 28 de dezembro) e da reabilitação dos mesmos, designadamente pela realização de todas as obras necessárias à manutenção ou reposição da sua segurança, salubridade e arranjo estético.

Para além do exposto, considera-se também como linha mestra da política de reabilitação o princípio da subsidiariedade da ação pública, aqui prevê-se a primazia do investimento público sobre o espaço público ou edifícios estatais considerando-se a título excecional que as entidades públicas devem promover unicamente intervenções de reabilitação urbana de imóveis privados nos casos em que tal seja estritamente necessário, ou seja, quando os particulares não assegurem essas intervenções ou não tenham possibilidade de as assegurar.

Nos termos do número 1 do artigo 44.º do RJRU, a entidade gestora pode exercer, no âmbito da execução concreta das operações de reabilitação urbana, um conjunto de poderes relativos ao controlo das operações urbanísticas, designadamente:

- Licenciamento e admissão de comunicação prévia de operações urbanísticas e autorização de utilização;
- Inspeções e vistorias;
- Adoção de medidas de tutela da legalidade urbanística;
- Cobrança de taxas;
- Receção das cedências ou compensações devidas.

De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 54.º do RJRU, o Município de Vila Nova de Paiva poderá utilizar os Instrumentos de Execução da Operação da Reabilitação Urbana que a seguir se apresentam, consoante o tipo da respetiva ORU:

1. Imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas

O Município de Vila Nova de Paiva pode impor, enquanto entidade gestora, ao proprietário de um edifício ou de uma fração, a obrigação de o reabilitar e o prazo para a sua conclusão. Nos casos em que se verifique incumprimento, o Município poderá tomar posse administrativa para a realização imediata das obras, nos termos do estabelecido nos artigos 107.º e 108.º do RJUE.

A imposição da obrigatoriedade de reabilitar tem por objetivo a restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva dos imóveis, podendo ser determinada na sequência da realização de vistorias pela entidade gestora.

2. Empreitada única

Na figura de entidade gestora e na qualidade de representante dos proprietários, o Município de Vila Nova de Paiva terá a responsabilidade de contratar e gerir a empreitada, caso os proprietários não se oponham à sua realização.

A adoção deste instrumento de política urbanística deverá ser avaliada casuisticamente, em conformidade com a análise das características e historial da operação urbanística pretendida, devendo apenas ser acionado se todos os proprietários dos imóveis envolvidos concordarem quanto aos vários aspetos da empreitada (características do projeto, prazos de execução, valor da empreitada, condições de pagamento, etc.).

O lançamento da empreitada está dependente do cumprimento dos requisitos legais para o efeito, nomeadamente a notificação ao proprietário e demais interessados, que identifique o tipo de obras a realizar, os custos e prazos previstos, a possibilidade de realojamento dos seus habitantes durante o período de realização das obras e a indicação da data limite para pronúncia.

Caso não haja concordância, por parte dos proprietários, à sua representação pela entidade gestora, os mesmos ficam obrigados a contratar com o Município as respetivas obrigações em sede do processo de reabilitação, nomeadamente em termos de prazos para efeitos de licenciamento ou de comunicação prévia e para a realização das obras.

3. Demolição de edifícios

A utilização do instrumento de demolição de edifícios depende da determinação, por parte da entidade gestora, da verificação de dois pressupostos legais:

i. Ausência dos requisitos de segurança e salubridade indispensáveis ao fim a que se destina o imóvel;

ii. A reabilitação do edifício seja inviável, quer em termos técnicos como económicos.

4. Direito de preferência

O direito de preferência pode ser exercido pela entidade gestora, aquando da transmissão a título oneroso, entre particulares de terrenos, edifícios ou frações inseridas em ARU. Este direito pode apenas ser exercido nos casos em que a entidade gestora considere que o imóvel deve ser objeto de intervenção no âmbito da Operação de Reabilitação Urbana, justificando na declaração de preferência, a intervenção que o imóvel necessita e o prazo dentro do qual pretende realizá-la.

5. Arrendamento forçado

O instrumento de arrendamento forçado poderá ser utilizado pela entidade gestora quando se verifiquem, em simultâneo, os dois requisitos seguintes:

i. A entidade gestora tenha tomado posse administrativa do edifício e executando as obras necessárias;

ii. No prazo máximo de quatro meses após a conclusão das obras pela entidade gestora, o proprietário do edifício não proceda ao ressarcimento integral das despesas incorridas por aquela, ou não der de arrendamento o edifício ou a fração, por um prazo mínimo de 5 anos, afetando as rendas ao ressarcimento das despesas.

Nos casos em que se verifiquem as condições acima explanadas, a entidade gestora poderá arrendar o imóvel pelo prazo de 5 anos, mediante concurso público.

7.4 Prazo de Execução

O presente Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) estabelece que a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Pendilhe vigorará por um período de 15 anos, prazo máximo estipulado no Regime

Jurídico para a Reabilitação Urbana (artigo 20.º). Correspondendo este período à baliza temporal máxima estabelecida pela legislação vigente, este prazo não é prorrogável, sem prejuízo de poder vir a ser determinada e aprovada, caso se justifique, uma nova ORU para a mesma área.

7.5 Programa e cronograma de investimento e de financiamento da ORU

A definição do programa de investimento e de financiamento público da ORU é uma das componentes relevantes a constar no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. Com efeito, como forma de estruturar o investimento e as ações a realizar no âmbito da ORU de Pendilhe, é seguidamente, no Quadro 13, apresentada a estimativa dos custos totais da execução da operação e a identificação das eventuais fontes de financiamento (cf. Artigo 33.º do RJRU).

Quadro 13. Investimento global e por eixo temático, previstos para a ORU de Pendilhe

EIXO TEMÁTICO	INVESTIMENTO
I - Edifícios	-
II - Infraestruturas	20 000 €
III - Equipamentos	435 000 €
IV – Espaços urbanos e verdes de utilização coletiva	275 000 €
V – Atividades económicas	-
TOTAL	**730 000 €**

Obedecendo ao princípio da coordenação defendido no RJRU, um dos objetivos principais de uma estratégia de reabilitação urbana passa por envolver os proprietários nesta nova dinâmica urbana induzindo o investimento privado. Assim, espera-se que o investimento de natureza pública produza um efeito de alavancagem no investimento privado, embora o mesmo não se encontre aqui quantificado, primordialmente a afetar à reabilitação de edifícios para fins habitacionais, comerciais e de serviços. Note-se, a este respeito, que a reabilitação do edificado privado localizado na ARU de Pendilhe constitui uma das ações de intervenção preconizadas para a ORU.

Após a contextualização geral de valores a mobilizar no âmbito do PERU, expõe-se, de forma mais pormenorizada no Quadro 14, o plano de ação da ORU de Pendilhe, no que ao investimento público diz respeito, com referência à estimativa orçamental de cada uma das intervenções, às entidades envolvidas na sua concretização, ao possível enquadramento financeiro, assim como ao nível de prioridade que cada um deles assume.

Quadro 14. Programa de investimento e financiamento (público) da ORU de Pendilhe

AÇÃO / PROJETO	PROMOTOR	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	ANO DE INÍCIO	FINANCIAMENTO	PRIORIZAÇÃO
II – INFRAESTRUTURAS					
Reabilitação de espaço para a colocação de Ecopontos	Município de Vila Nova de Paiva	20 000 €	2024	Orçamento municipal e PRR	1
III – EQUIPAMENTOS					
Recuperação de edifício para a criação de Espaço Cidadão	Município de Vila Nova de Paiva	75 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	2
Reabilitação de um espaço na sede da Junta de Freguesia para a criação de uma cozinha regional	Município de Vila Nova de Paiva	60 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	2
Recuperação de um edifício para a criação de uma Melaria	Município de Vila Nova de Paiva	100 000 €	2025	Orçamento municipal e PRR	1
Recuperação de Fornos Comunitários	Município de Vila Nova de Paiva	25 000 €	2024	Orçamento municipal e PRR	1
Recuperação de Eiras antigas	Município de Vila Nova de Paiva	50 000 €	2027	Orçamento municipal e PRR	2
Recuperação de Moinhos	Município de Vila Nova de Paiva	60 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	2
Recuperação de Canastros	Município de Vila Nova de Paiva	65 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	2
IV – ESPAÇOS URBANOS E VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA					
Reabilitação de espaço para criação de zona de lazer e estacionamentos	Município de Vila Nova de Paiva	85 000 €	2025	Orçamento municipal e PRR	1
Reabilitação da zona envolvente ao recinto da Igreja	Município de Vila Nova de Paiva	80 000 €	2027	Orçamento municipal e PRR	2
Reabilitação do parque do Sr. da Piedade, parque de merendas e zona de lazer e desporto ao ar livre	Município de Vila Nova de Paiva	110 000 €	2026	Orçamento municipal e PRR	2

Para além da estimativa orçamental, importa definir um horizonte temporal de execução das ações propostas.

O RJRU define um prazo máximo de execução da ORU de 15 anos o que obriga a uma planificação racional do cronograma das ações a realizar. Apresenta-se de seguida uma proposta de organização do cronograma das intervenções a efetuar tendo em conta ao período de 15 anos considerado para execução da presente Operação (Quadro 15).

Quadro 15. Cronograma das intervenções previstas para a ORU de Pendilhe, por Eixo Temático

INTERVENÇÕES A REALIZAR	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038
I – EDIFÍCIOS															
Reabilitação do edificado privado da ARU de Pendilhe	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
II – INFRAESTRUTURAS															
Reabilitação de espaço para a colocação de Ecopontos	■														
III - EQUIPAMENTOS															
Recuperação de edifício para a criação de Espaço Cidadão			■												
Reabilitação de um espaço na sede da Junta de Freguesia para a criação de uma cozinha regional			■												
Recuperação de um edifício para a criação de uma Melaria		■													
Recuperação de Fornos Comunitários	■														
Recuperação de Eiras antigas			■	■											
Recuperação de Moinhos		■	■												
Recuperação de Canastros		■	■												
IV – ESPAÇOS URBANOS E VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA															
Reabilitação de espaço para criação de zona de lazer e estacionamentos		■													
Reabilitação da zona envolvente ao recinto da Igreja			■	■											
Reabilitação do parque do Sr. da Piedade, parque de merendas e zona de lazer e desporto ao ar livre		■	■												

Legenda:

■ Previsão de execução da ação.

7.6 SOBRE A MONITORIZAÇÃO DA ORU

A Entidade Gestora – Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva – elaborará anualmente um Relatório de Monitorização de Operação de Reabilitação em curso, o qual será submetido à apreciação da Assembleia Municipal.

Seguindo os ditames indicados no artigo 20.º A da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, a cada cinco anos de vigência da Área de Reabilitação Urbana, a Câmara Municipal submeterá à apreciação da Assembleia Municipal um relatório de avaliação da execução da Operação de Reabilitação Urbana, acompanhado, se for o caso, de uma proposta de alteração do respetivo instrumento de programação.

Os relatórios – e os termos da sua apreciação pela Assembleia Municipal – serão objeto de divulgação na página eletrónica do Município.

Não estando estabelecido em diploma legal, mas inerente ao sucesso de toda a operação, está a participação e a divulgação de todas as ações a realizar pelo Município, tornando-se uma estratégia fulcral para o envolvimento de todos os atores que transitam sobre o território.

Servindo como estímulo à participação e em prol da transparência e do apelo ao compromisso considera-se que, findo este processo de definição da ORU de Pendilhe, o Município deverá encetar um processo amplo de comunicação e divulgação deste novo instrumento de planeamento, dando o devido destaque aos benefícios que decorrem deste processo a quem queira levar a cabo ações de reabilitação nesta Área de Reabilitação Urbana.

8. BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2013). Manual de Apoio - Processos de delimitação e de aprovação de Áreas de Reabilitação Urbana e de Operações de Reabilitação Urbana. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, abril de 2013.

PÁGINAS DE INTERNET

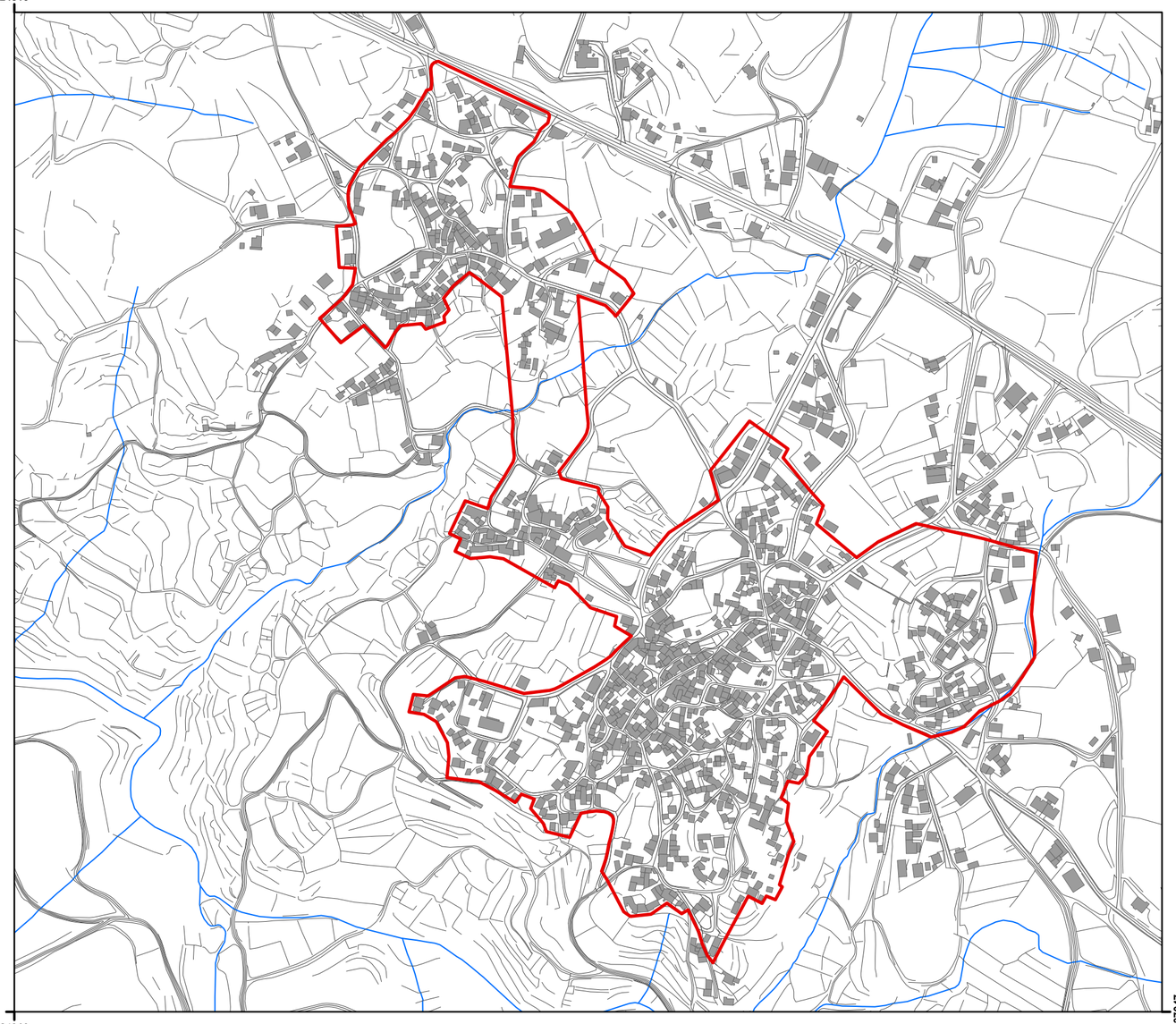
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - https://www.portaldahabitacao.pt/
- Instituto Nacional de Estatística - https://www.ine.pt

DOCUMENTOS LEGAIS

- Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho [Estatuto dos Benefícios Fiscais]
- Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro [Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis]
- Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro [Novo Regime do Arrendamento Urbano]
- Decreto-Lei n.º 156/2006, de 8 de agosto [Fixação do nível de conservação dos imóveis locados]
- Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro [Orçamento de Estado para 2009]
- DL n.º 66/2019, de 21 de maio [Última alteração ao regime jurídico da reabilitação urbana - Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro]
- Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro [Última alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais -Dec. Lei n.º 215/89, de 1 de julho]
- Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto [Primeira alteração ao regime jurídico da reabilitação urbana- Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro]
- Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro [Regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado]
- Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro [Orçamento do Estado para 2014]
- Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho [Regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas]
- Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro [Alteração ao Novo Regime Do Arrendamento Urbano (NRAU)]

ANEXO

PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU



LEGENDA

Delimitação da Área de Reabilitação Urbana

Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Pendilhe (25,15 ha)

Identificação da Cartografia de Referência

Entidade Proprietária: Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões
Entidade Produtora: Geoglobal, Sistemas de Informação Geográfica, Lda.
Data e Número de Homologação: 2018-03-21, n.º 449
Série Cartográfica Nacional: 10 000
Sistema de Referência e Datum: PT TM06 / ETRS89
Projeção Cartográfica: Transversor de Mercator
Exatidão Posicional Planimétrica: 150 cm
Exatidão Posicional Altimétrica: 170 cm
Exatidão Temática: 95%
Precisão Posicional Nominal da Saída Gráfica: 2,57 m



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

município Vila Nova de paiva Capital Ecológica

PLANUM Assessorias e Projetos, Lda.

1:5 000

Datum: ETRS 1989 Portugal TM06
Projeção:Transversa Mercator
Sistema de Referência: GRS80

Planta da Delimitação da ARU de Pendilhe

DESENHO	VERSÃO
P - 01	02

Abril | 2024